

## sobre 2016

Nas próximas páginas, você encontrará as Demonstrações Financeiras do Grupo CCR.

## DESTAQUES DO ANO


**+ de R\$ 4,024 bilhões**  
 Recorde de investimentos

### CONCLUSÃO DA VENDA

da participação na STP, no valor bruto de

**R\$ 1,484 bilhões**

### DESEMPENHO ECONÔMICO



Crescimento de **9,8%** na receita líquida

Aumento de **30,4%** em investimentos

### DESEMPENHO AMBIENTAL

Redução de **3,82%**  

 no consumo de energia

Melhoria no desempenho do tema "Mudanças climáticas no ISE"

em mais de **10%** (em relação a 2014)

### DESEMPENHO SOCIAL

Investimento social



Mais de **R\$ 36 milhões**  
**137** municípios beneficiados  
**116** projetos realizados

**R\$ 5,21 milhões** investidos em treinamentos e programas de desenvolvimento de lideranças

## DESTAQUES DOS MODAIS

### RODOVIAS


**20 anos** atuação da **CCR NovaDutra**

Na CCR AutoBAn, as obras no Complexo Viário de Jundiaí estão em andamento e vão otimizar o fluxo de veículos na Via Anhanguera (SP-330).

Duplicação de **113 km** e instalação de **477 câmeras** na CCR MSVia.

### MOBILIDADE URBANA

**25** (ViaQuatro, CCR Barcas e CCR Metrô Bahia) estações em operação



Inauguração da linha 2 da CCR Metrô Bahia.

Início das operações da ViaRio e do VLT Carioca.

**10 anos** de Via Quatro

### AEROPORTOS


**9,65 mi**  
 de passageiros por ano em BH Airport.

Inauguração do terminal 2 da BH Airport.


**89** Embarques e desembarques **mil/ano**, em média em BH Airport.

## 1. Sobre a Companhia

### 1.1. Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CCR S.A., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

### 1.2. Apresentação

A CCR S.A. (CCR ou Companhia) é a *holding* do Grupo CCR que, com base em seu objeto social, está apta a atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária, aeroportuária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades. Diante disso, além da atuação em concessões rodoviárias, a CCR busca investimentos em outros negócios correlatos.

A criação da CCR foi o resultado de uma decisão estratégica dos seus acionistas fundadores, para concentrar seus esforços em uma só empresa, aumentando o desempenho de cada concessionária e agregando maior valor aos negócios.

As empresas nas quais a CCR atualmente detém, direta e/ou indiretamente, 100% do capital social ou controle compartilhado com terceiros estão listadas na nota explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras - Contexto Operacional.

Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorrer em novas concessões rodoviárias, por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas (PPP) dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como em aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional, assim como concessões metroviárias, relacionadas à mobilidade e conveniência urbanas e aeroportuárias.

### 1.3. Destaques do ano de 2016

- Em 5 de fevereiro: assinatura do contrato de compra e venda do terreno para futuro desenvolvimento do Novo Aeroporto de São Paulo ("NASP"), nos municípios de Caieiras e Cajamar.
- Em 16 de abril, ocorreu a assinatura do 26º Termo Aditivo Modificativo ("TAM") na AutoBAn para adição de R\$ 227.969 mil em investimentos. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deu-se por meio de extensão do prazo da concessão por 3 meses e 15 dias.
- Em 23 de maio, ocorreu a assinatura do 19º TAM na SPVias para adição de R\$ 177.099 mil em investimentos. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deu-se por meio de extensão do prazo da concessão por 10 meses e 7 dias.
- Em 3 de agosto, ocorreu a assinatura do 20º TAM na SPVias para adição de R\$ 15.500 mil em investimentos. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deu-se por meio de extensão do prazo da concessão por 2 dias.
- Em 30 de junho, ocorreu a celebração de contrato de compra e venda para a aquisição de participação da Odebrecht Transport S.A. na ViaRio.
- Em 30 de junho, ocorreu a apresentação de proposta vinculante para aquisição de participação da Montgomery Participações S.A. na ViaQuatro, equivalente a 15% do total do capital social da concessionária.
- Em 3 de agosto, ocorreu a assinatura do 20º TAM na SPVias para adição de R\$ 15.500 mil em investimentos. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deu-se por meio de extensão do prazo da concessão por 1 mês e 1 dia.
- Em 31 de agosto, ocorreu a conclusão da venda da participação na STP, no valor bruto de R\$ 1.484.423 mil.
- Em 9 de dezembro, ocorreu a assinatura do 10º TAM na Vialagos para adição de investimentos. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deu-se por meio de extensão do prazo da concessão por 10 anos.

### 1.4. Dividendos

Em 15 de março de 2016, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, *ad referendum* da AGO de 2016, a distribuição de dividendos no valor de R\$ 500 milhões, correspondente a aproximadamente R\$ 0,28 por ação, à conta de reserva de lucros, com pagamento realizado a partir de 29 de abril de 2016.

Em reunião do Conselho de Administração de 4 de novembro de 2016, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários de 2016, com base em lucros apurados nos nove meses do referido exercício e no saldo de reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 750 milhões, representando aproximadamente R\$ 0,42 por ação.

Considerando-se os dividendos intermediários supramencionados, o montante pag em 2016 totaliza R\$ 1.250 milhões ou aproximadamente R\$ 0,72 por ação. Tais distribuições deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, conforme previsto em seu Estatuto Social.

### 1.5. Perspectivas

A CCR continua atuando na captura de sinergias por meio da otimização administrativa do conjunto de seus negócios e com consequentes reflexos positivos em suas margens operacionais.

Observa-se, historicamente, uma correlação entre a dinâmica de tráfego nas rodovias em que a Companhia opera e o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Adicionalmente, a Administração continua em busca de novas oportunidades de negócios nos mercados nacional e internacional, primário e secundário, de concessões rodoviárias, de mobilidade urbana, aeroportuárias e negócios correlatos, em consonância com seu objeto social.

As oportunidades de crescimento da Companhia se configuram com o aumento da demanda da sociedade pela prestação de serviços de qualidade. Verifica-se que as oportunidades de crescimento do setor estão em contínua expansão no país, uma vez que apenas cerca de 10% da malha rodoviária disponível em todo território nacional são

concedidos à iniciativa privada, segundo dados mais recentes divulgados pela ABCR em 2015.

Adicionalmente, segundo dados referentes à investimentos em infraestrutura logística previstos no Programa de Parcerias de Investimentos ("PPI"), anunciado pelo Governo Federal em setembro de 2016, o total de investimentos em concessões já concedidas e aquelas em estudo, nos setores rodoviário, ferroviário, portuário, hidroviário e aeroportuário, representa aproximadamente R\$35,7 bilhões, com base nos dados divulgados pela Secretaria do PPI. Quanto ao mercado internacional, soma-se aos ativos aeroportuários no exterior da Companhia uma plataforma de desenvolvimento de negócios com foco nos Estados Unidos. O mercado americano, apesar de muito desenvolvido e maduro no que diz respeito à demanda de passageiros, apresenta um importante déficit de investimentos em infraestrutura aeroportuária. Características únicas tornam este mercado atrativo para tal plataforma, como a grande fragmentação de operadores, a administração descentralizada de aeroportos e terminais feita pelas autoridades das cidades e condados, e o papel relevante das companhias aéreas, que participam também como administradoras e investidoras em terminais. As operações da TAS e esta plataforma nos permitem presença local e um extenso relacionamento com autoridades locais e companhias aéreas, condições necessárias para criação de futuras oportunidades.

## 2. Estratégia e Gestão

### 2.1. Governança corporativa

Primeira empresa a ingressar no Novo Mercado, o segmento mais exigente da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), a Governança Corporativa sempre é um dos grandes diferenciais da CCR e uma das razões que explicam o sucesso da empresa perante os investidores e o mercado internacional. Em 2016, o volume financeiro médio diário de ações da CCR negociado na BM&FBOVESPA foi de R\$ 73,7 milhões.

O pioneirismo que marcou o ingresso da Companhia no mais alto nível de governança da BM&FBOVESPA, também é praticado atualmente. A CCR foi a primeira empresa brasileira a instituir um Comitê de Investidores, cuja principal função é avaliar periodicamente o desempenho do Conselho de Administração e do Presidente (CEO) da Companhia. Isso demonstra o comprometimento da Companhia e de seus administradores com a transparência e as melhores práticas.

A administração é profissional e desvinculada das empresas controladoras. Os acionistas controladores têm participações equilibradas, não havendo qualquer veto ou aprovação singular por qualquer dos controladores. Além disso, a Companhia, atendendo às Instruções Normativas da CVM, informa anualmente ao mercado em maio, por meio de seu Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM, todos os contratos celebrados entre as empresas do Grupo CCR e suas partes relacionadas, vigentes em 31 de dezembro do exercício anterior e/ou celebrados nos últimos três exercícios sociais. Para que isso ocorra de forma transparente e eficiente, o plano de investimentos do Grupo CCR é previamente aprovado para cada um dos negócios e a aplicação dos recursos é, em parte relevante, financiada por terceiros que, constantemente, fiscalizam os preços e a execução, com apoio de profissionais e empresas especializadas.

O Grupo CCR possui ainda um Programa de Integridade e Conformidade, que visa assegurar a prática de atos de seus colaboradores ou terceiros agindo em nome do Grupo CCR, em conformidade com o Código de Conduta Ética, com os normativos internos e dispositivos legais, ratificando a sua atuação ética e transparente. O Programa é composto por um conjunto de ações institucionais, com foco em treinamento, campanhas de conscientização e monitoramento dos temas relacionados aos documentos normativos.

A CCR mantém em suas unidades de negócio uma estrutura de controles internos, que atua fortemente na prevenção de desvios e atos ilícitos, bem como um programa de auditoria interna com consultoria externa independente abrangendo os processos de arrecadação, contratos de conservação e manutenção, gestão do atendimento (inclui operação), relação com Poder Concedente, gestão de suprimentos, ativo fixo, frotas, segurança da informação, contratos de investimentos, recursos humanos e folha de pagamento, tesouraria, seguros, relatórios contábeis e gerenciais, gestão de processos jurídicos, gestão de meio ambiente, saúde e segurança. A auditoria, conduzida sob as diretrizes do Comitê de Auditoria, reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração da Companhia. Maiores informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados no site, por meio do endereço [www.ccr.com.br/ri](http://www.ccr.com.br/ri).

### 2.2. Gestão de pessoas

A CCR acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando à organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento dos colaboradores, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Destaca-se ainda no incremento de um bem-sucedido Programa de Trainees, com mais de 150 profissionais contratados e índice de retenção de 70% nos últimos anos.

Os resultados desse conjunto de iniciativas demonstram o aumento de satisfação dos colaboradores, que, em 31 de dezembro de 2016, somavam 9.931 pessoas, alocadas no Brasil, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, e em Curaçao e Estados Unidos. Considerando os colaboradores das empresas controladas em conjunto e terceirizados da NovaDutra totalizam-se 14.049 colaboradores.

## 3. Desempenho Econômico-Financeiro

### 3.1. Mercado

Os Estados em que a CCR atua, segundo estimativas do IBGE, de julho de 2016, representavam 54,1% da população brasileira e 64% do PIB nacional. Geograficamente, nossas concessões estão divididas da seguinte maneira:



### 3.2. Desempenho CCR

Destaques (R\$ milhares)	2015	2016	Variação %
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	9.043.254	10.592.949	17,1%
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	6.671.239	7.301.325	9,4%
- Receita de Pedágio	5.869.842	6.112.600	4,1%
- Outras Receitas	801.397	1.188.725	48,3%
Deduções da Receita Bruta	-564.389	-596.882	5,8%
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	6.106.850	6.704.443	9,8%
(+) Receita de Construção	2.372.015	3.291.624	38,8%
Custos e Despesas (a)	-5.925.781	-5.936.771	0,2%
- Depreciação e Amortização	-822.555	-959.416	16,6%
- Serviços de Terceiros	-847.133	-898.714	6,1%
- Custo da Outorga	-282.762	-286.206	1,2%
- Custo com Pessoal	-788.471	-941.876	19,5%
- Custo de Construção	-2.380.151	-3.291.624	38,3%
- Provisão de Manutenção	-199.878	-270.715	35,4%
- Outros (vide explicação de outros custos na página 8)	-522.799	793.705	n.m.
- Apropriação de Despesas Antecipadas da Outorga	-82.032	-81.925	-0,1%
EBIT ajustado	2.553.084	4.059.296	59,0%
Margem EBIT ajustada (b)	41,8%	60,5%	+18,7 p.p.
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	176.353	243.148	37,9%
(+/-) Participação dos minoritários	87.497	76.404	-12,7%

Destaques (R\$ milhares)	2015	2016	Variação %
EBIT (c)	2.816.934	4.378.848	55,4%
Margem EBIT	33,2%	43,8%	10,6 p.p.
(+) Depreciação e amortização	822.555	959.416	16,6%
EBITDA (c)	3.639.489	5.338.264	46,7%
Margem EBITDA	42,9%	53,4%	10,5 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	199.878	270.715	35,4%
(+) Apropriação de despesas antecipadas (e)	82.032	81.925	-0,1%
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial	-176.353	-243.148	37,9%
(+/-) Participação dos minoritários	-87.497	-76.404	-12,7%
EBITDA ajustado (f)	3.657.549	5.371.352	46,9%
Margem EBITDA ajustada (f)	59,9%	80,1%	20,2 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	-1.513.094	-1.835.533	21,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	176.353	243.148	37,9%
Lucro (Prejuízo) Antes do IR & CS	1.216.343	2.466.911	102,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-429.472	-829.464	93,1%
Lucro antes da participação dos minoritários	786.871	1.637.447	108,1%
Participação dos minoritários	87.497	76.404	-12,7%
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	874.368	1.713.851	96,0%
Endividamento bruto (g)	14.135.107	16.186.507	14,5%
Investimentos caixa (incluindo ativo financeiro e manutenção)	3.086.200	4.024.500	30,4%
Veículos equivalentes (em milhares)	1.005.145	969.334	-3,6%

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia por função nos seguintes grupos: Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos, Despesas Gerais e Administrativas, Outros Resultados Operacionais.

(b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.

(c) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/12. O EBIT é calculado por: lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido. O EBITDA é calculado por: lucro líquido atribuído aos controladores (e que não inclui a parcela do resultado atribuída aos não controladores) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações.

(d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

(e) Refere-se a apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

(f) O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixas: (i) despesas antecipadas, que se referem à contabilização da outorga paga ao poder concedente em algumas das rodovias de forma antecipada (AutoBAn, RodoAnel Oeste, ViaOeste e Vialagos), e que são apropriadas ao resultado ao longo do prazo das concessões; (ii) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25; além de (iii) equivalência patrimonial, que se refere ao resultado das investidas da Companhia, as quais esta faz jus e; (iv) participação de acionistas não controladores, que reflete a participação de acionistas minoritários nas investidas da Companhia. A margem EBITDA ajustada também inclui a receita de construção do seu cálculo. A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

(g) Dívida Bruta: somatória dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e de longo prazos (líquidos dos custos de transação).

### RECEITA OPERACIONAL BRUTA (EXCLUÍDA A RECEITA DE CONSTRUÇÃO)

Principal componente da receita operacional bruta, a receita de pedágio, em 2016, totalizou R\$ 6.112.600 mil (+4,1% sobre 2015) e representou 83,7% do total da receita bruta, excluindo-se a receita de construção. O incremento deste componente na receita, em consequência do aumento das tarifas médias, que apresentaram crescimento de 6,5% na mesma comparação. Compensando parcialmente esse aumento, houve queda do tráfego em 3,6% comparado a 2015.

### CUSTOS E DESPESAS TOTAIS E OUTRAS RECEITAS

Apresentamos um aumento de 0,2% em relação a 2015, totalizando R\$ 5.936.771 mil em 2016. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 959.416 mil em 2016. O crescimento de 16,6% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descritos na seção de investimentos.
- O custo de serviços de terceiros totalizou R\$ 898.714 mil em 2015, aumento de 6,1%. Esse resultado decorre de: (i) aumento de despesas com estudos de novos negócios e consultorias empresariais; (ii) custos não recorrentes relativos à venda da STP, de R\$ 26,2 milhões; e (iii) por outro lado, houve redução na SPVias devido à internalização de serviços de conservação de rotina, antes realizados por terceiros.
- O custo da outorga atingiu R\$ 286.206 mil. A variação de 1,2% deveu-se, principalmente, ao reajuste da parcela fixa pelos índices de reajuste das tarifas das concessionárias do Estado de São Paulo. Em contrapartida, houve queda da outorga variável da BH Airport, influenciada pela queda de passageiros transportados no ano.
- O custo com pessoal atingiu R\$ 941.876 mil em 2016, registrando aumento de 19,5%. Esse aumento derivou principalmente, dos novos negócios, ou negócios em período de avançamento operacional: BH Airport, MSVia, Metrô Bahia e da TAS (incremento de 1.595 de colaboradores nestes negócios), além do dissídio ocorrido em abril de 2016.
- Os custos de construção atingiram R\$ 3.291.624 mil. O aumento de 38,3% decorreu, principalmente, dos maiores investimentos realizados nas concessionárias Metrô Bahia, BH Airport, MSVia, RodoNorte e AutoBAn. Informações adicionais sobre esses investimentos estão disponíveis na seção de investimentos.
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 270.715 mil, aumento de 35,4%. Em 2016, as provisões realizadas considerando a periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com os atuais contratos de concessão, estimando-se os custos a serem provisionados e a correspondente apuração do seu valor presente. A principal variação ocorreu na SPVias, devido ao cronograma de intervenções no pavimento, além de sinalização vertical.
- Os outros custos (seguros, alugueis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos e outros) e receitas atingiram +R\$ 793.705 mil em 2016. A contabilização da venda de participação na STP no 3T16, R\$ 1.333,9 milhões (deduzidos da baixa do investimento e do ágio) foi o principal componente de variação desta rubrica.

### RESULTADO FINANCEIRO

Em 2016, o resultado financeiro líquido foi de -R\$ 1.835.533 mil, comparado a -R\$ 1.513.094 mil em 2015. A variação de 21,3% reflete os aumentos de 2015 para 2016 de: (i) 14,5% do saldo total da dívida; (ii) 13,4% para 14,1% do CDI médio e; (iii) 6,3% para 7,5% da TJLP média.

### LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA CONTROLADORA

Em 2016, o lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora atingiu R\$ 1.713.851 mil, apresentando um aumento de 96,0% em relação a 2015. O resultado foi influenciado, principalmente, pela venda de participação da STP, no 3T16, cujo efeito no lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora foi de R\$ 863.070 mil. Excluindo-se esse item não recorrente, houve decréscimo de 2,7% nesta rubrica.

O tráfego apresentou decréscimo de 3,6%, acompanhado de aumento da tarifa média em 8,1%. Ademais, os novos negócios (VLT, ViaRio, Metrô Bahia, MSVia e BH Airport), ainda não operacionais, em operação assistida ou período inicial de operação em pelo menos parte de 2016, geraram resultados líquidos negativos no período. Houve também, impacto do resultado financeiro no lucro, conforme detalhado no tópico anterior.

### ENDIVIDAMENTO BRUTO

Em 2016, o endividamento bruto consolidado alcançou R\$ 16.186.507 mil em comparação a R\$ 14.135.107 mil em 2015. As dívidas em dólar representaram 11,8% do total, com 100% do fluxo protegido, exceto as dívidas dos negócios que possuem receitas em dólares (Aeroporto Internacional de Curaçao e TAS). O montante da dívida com vencimento em longo prazo representava 66,7% do total.

O crescimento do endividamento bruto deveu-se, principalmente, às emissões realizadas ao longo de 2016, detalhadas nas notas explicativas nº 15 e 16 das Demonstrações Financeiras.

### INVESTIMENTOS CAIXA (INCLUINDO ATIVO FINANCEIRO E MANUTENÇÃO)

Em 2016, os investimentos somaram R\$ 4,0 bilhões. As concessionárias que mais investiram foram: Metrô Bahia, BH Airport, MSVia, RodoNorte e AutoBAn representando, respectivamente, 27,6%, 46,8%, 14,0%, 12,7%, 6,3% e 4,3% do total. O Metrô Bahia investiu, principalmente, em obras civis, material rodante e sistemas. Os investimentos da BH Airport concentram-se no Terminal 2, inaugurado em dezembro de 2016. A MSVia investiu em obras de duplicações. Os investimentos da RodoNorte concentraram-se e em duplicações e obras de restauração em diversos trechos. Os investimentos da AutoBAn destinaram-se, principalmente, às obras do complexo Jundiá.

### EVENTOS RELEVANTES AO MERCADO

No dia 11 de novembro de 2016, a CCR realizou o 12º CCR Day.

## 4. Sustentabilidade

O Grupo CCR é comprometido com a prestação de contas direcionadas aos investidores e aos demais públicos, o que possibilita o acompanhamento da sua administração. A Companhia adota princípios como a transparência e a equidade, condutas aplicadas desde a sua estruturação em 1998, seguindo boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade.

A administração do Grupo CCR é realizada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e na estratégia de crescimento da Companhia. Para consolidar a sustentabilidade como diferencial da proteção e da criação de valor, parte integrante de seu planejamento estratégico, em 2016 o Grupo realizou vários avanços, como a revisão de sua matriz de materialidade. O objetivo é a Companhia se manter atualizada em relação às mudanças estruturais do negócio e do setor, bem como estar atenta aos anseios dos seus *stakeholders*.

A base da estratégia do Grupo CCR está na diversificação, na consolidação dos negócios conquistados e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários, voltada sempre para o cumprimento das obrigações assumidas à melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa e nas políticas internas adotadas, que sistematizam suas ações. Também participa, voluntariamente de diversas iniciativas e compromissos, como Pacto Global e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), *Carbon Disclosure Project* (CDP), Fórum Clima, Índice de Carbono Eficiente da BM&FBOVESPA (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA, além da parceria com a Childhood, contra o abuso e exploração sexual infantil.

Pelo quarto ano, o Grupo CCR publica seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, baseado nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), o qual visa comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, considerando o contexto externo, a avaliação de riscos e a criação de valor no curto, médio e longo prazos.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais:

- Capital financeiro;
- Capital social e de relacionamento;
- Capital humano;
- Capital manufaturado;
- Capital natural;
- Capital intelectual.

### 4.1 Desempenho Social

#### 4.1.1 Capital Social e de Relacionamento - Stakeholders

O Grupo CCR desenvolve e apoia vários projetos junto aos seus públicos de relacionamento. As iniciativas são exercidas por meio do Instituto CCR, responsável pela gestão dos investimentos sociais das unidades, alinhando-os aos objetivos estratégicos do negócio. As áreas de atuação do Instituto CCR estão fundamentadas em quatro pilares: saúde e qualidade de vida; educação e cidadania; cultura e esporte; e meio ambiente e segurança viária.

O Instituto CCR tem a missão de qualificar e estruturar a gestão dos projetos apoiados pelo Grupo, para ampliar a transparência no uso dos recursos aplicados nos projetos diretos e incentivados, com o desafio de fomentar e democratizar o acesso à cultura.

Em 2016, a Companhia apoiou cerca de 90 ações culturais, sociais ou esportivas que beneficiaram comunidades em diversos municípios, por meio de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso) e por investimento direto. O investimento nessas ações em 2016, foi de cerca de R\$ 30 milhões.

As iniciativas e os programas da Companhia para potencializar o relacionamento com seus públicos são vários. Um exemplo é o programa Estrada para a Saúde, instituído em 2002, que visa melhorar a qualidade de vida e saúde dos motoristas de caminhão que rodam nas estradas sob a concessão do Grupo CCR, contribuindo para redução de acidentes. Os serviços são oferecidos em postos fixos e móveis, por meio das concessionárias AutoBAn, ViaOeste, NovaDutra, RodoNorte, SPVias e MSVia. Em 2016, o programa atendeu mais de 25 mil usuários.

## Relatório da Administração 2016

Outra importante ação é o programa Caminhos para a Cidadania (antigo Estrada para a Cidadania). Criado em 2002, o programa é uma ação socioeducacional com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana, meio ambiente e cidadania. Realizado nas concessionárias de rodovias do Grupo CCR, os investimentos atingem R\$ 5 milhões ao ano. O programa já foi aplicado para aproximadamente 2 milhões de alunos dos 4º e 5º anos das redes públicas, com o apoio de cerca de 90 mil educadores nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Mais informações sobre o programa acesse: [www.caminhosparacidadania.com.br](http://www.caminhosparacidadania.com.br). Para conhecer mais detalhes de projetos do Grupo CCR acesse: <http://www.institutoocr.com.br/>.

### 4.1.2 Capital Humano e Intelectual

A gestão do capital humano está alinhada às orientações e diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração do Grupo CCR, cuja execução é acompanhada pelo Comitê de Recursos Humanos. O desenvolvimento e a administração dos negócios são assegurados pela atuação ética e transparente dos seus 14.049 colaboradores. O crescimento profissional dos colaboradores faz parte da estratégia da Companhia e precisa de investimentos constantes, realizados em diferentes frentes: atração e retenção de talentos; oferta de salários; e benefícios competitivos; e sistemas que garantam a saúde e segurança em todas as operações, além de investir R\$ 5.214 mil em diversos treinamentos e programas de desenvolvimento de lideranças. Em 2016, foi lançado o Meu Mundo, ferramenta que possibilita a realização de cursos on-line para os colaboradores do Grupo.

Em relação ao capital intelectual, a Companhia emprega seu *know-how* e sua capacidade de gestão, avançando inovações, aprimorando processos e aplicando soluções que aumentam a eficiência das concessões. A formação de parcerias com universidades e centro de pesquisas contribui para agregar conhecimento.

### 4.2 Desempenho Ambiental

#### 4.2.1 Capital Natural

O Grupo CCR tem consciência da importância do capital natural estar inserido em seu modelo de negócio. Assim, promove a melhoria constante de seu desempenho ambiental, por meio de programas estruturados para reduzir o consumo de água e energia, a emissão de GEEs (gases de efeito estufa) e a geração de resíduos, com metas e planos de ação específicos. Desde 2013, a Companhia tem estruturado suas ações por meio da Política de Meio Ambiente, que estabelece as estratégias e os objetivos ao planejar, construir e operar suas controladas em conformidade com leis e regulamentos ambientais nacionais e internacionais, além de desenvolver projetos visando à preservação do meio ambiente. Em 2016, a Política de Meio Ambiente foi revisada buscando promover e direcionar a empresa para novos desafios.

## Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.592.307	948.546	2.821.220	2.296.420	Emprestimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	15	866.721	12.173	1.692.929	1.114.668
Contas a receber	8	-	-	866.800	565.146	Debêntures e notas promissórias	16	524.175	638.139	3.698.827	4.983.261
Contas a receber - partes relacionadas	11	11.977	7.007	6.836	344.028	Contas a pagar - operações com derivativos	23	66.117	68.278	276.743	289.445
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	105.235	-	53.241	Fornecedores	-	2.974	2.243	335.185	260.296
Tributos a recuperar	-	67.647	49.830	143.299	108.023	Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	198.236	174.521
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	10	-	-	81.888	82.032	Impostos e contribuições a recolher	-	2.215	11.213	79.821	98.744
Contas a receber - operações com derivativos	23	8.598	-	26.717	165.577	Impostos e contribuições parcelados	-	-	-	1.442	6.981
Adiantamento a fornecedores	-	103	12	232.355	12.231	Obrigações sociais e trabalhistas	-	35.153	33.655	190.686	181.579
Despesas antecipadas e outras	-	2.206	2.419	65.271	77.925	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	11	173	156	98.111	72.263
Total do ativo circulante	-	1.682.838	1.113.049	4.244.386	3.704.623	Mútuos - partes relacionadas	11	25.558	-	3.013	-
						Plano de incentivo - partes relacionadas	11	-	4.480	-	4.480
<b>Não circulante</b>						Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	270	589	270	589
<b>Realizável a longo prazo</b>						Provisão de manutenção	19	-	-	237.959	125.384
Conta reserva	-	-	-	-	233	Obrigações com o poder concedente	24 (c) e (d)	-	-	167.608	86.296
Contas a receber	8	-	-	1.246.620	371.985	Outras contas a pagar	-	101	634	195.222	68.952
Contas a receber - partes relacionadas	11	-	-	836	10.659	Total do passivo circulante	-	1.523.457	771.560	7.176.052	7.467.459
Mútuos - partes relacionadas	11	66.449	757.197	323.449	262.519	<b>Não circulante</b>					
Adiantamento para aumento de capital - partes relacionadas	11	1.724	1.724	587	2.873	Emprestimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	15	-	661.202	3.133.324	2.492.110
Tributos a recuperar	9b	25.145	153.752	37.488	162.589	Debêntures e notas promissórias	16	1.333.087	397.711	7.661.427	5.545.068
Tributos diferidos	11	-	-	732.161	496.278	Contas a pagar - operações com derivativos	23	-	-	24.819	587
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	10	-	-	2.885.253	2.772.409	Impostos e contribuições a recolher	-	-	-	7.330	75.103
Contas a receber - operações com derivativos	23	-	153.448	283.814	421.595	Impostos e contribuições parcelados	-	-	-	1.124	2.518
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	94.970	-	Tributos diferidos	9b	23.132	6.835	270.125	252.120
Despesas antecipadas e outras	-	142	640	102.858	22.736	Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	5.741	7.357
Total do ativo não circulante	-	93.460	1.066.761	5.708.036	4.523.876	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	11	-	-	836	44.076
						Adiantamento para aumento de capital - partes relacionadas	11	1.916	1.916	1.916	1.916
<b>Investimentos</b>						Mútuos - partes relacionadas	11	-	-	82.815	72.983
<b>Imobilizado</b>						Plano de incentivo - partes relacionadas	11	-	-	12.502	12.502
<b>Intangível</b>						Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	18	108	49	117.758	87.878
						Provisão de manutenção	19	-	-	389.508	368.989
						Provisão para passivo a descoberto	12	-	192.293	9.347	1.218.630
						Obrigações com o poder concedente	24 (c) e (d)	-	-	1.326.681	1.218.630
						Outras contas a pagar	-	896	900	202.561	129.279
						Total do passivo não circulante	-	1.359.139	1.273.408	13.235.306	10.311.723
						<b>Patrimônio líquido</b>					
						Capital social	20 (a)	2.025.342	2.025.342	2.025.342	2.025.342
						Ajuste de avaliação patrimonial	20 (e)	272.670	654.115	272.670	654.115
						Reservas de lucros	20 (b) e (c)	1.604.493	1.146.795	1.592.191	1.128.340
						Ágio em transação de capital	20 (h)	13.992	(25.969)	(25.969)	(25.969)
						Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	-	3.916.497	3.800.283	3.904.195	3.781.828
						Participações de acionistas não controladores	-	-	-	240.294	122.484
						Total do passivo e patrimônio líquido	-	3.916.497	3.800.283	4.144.489	3.904.312
							-	6.799.093	5.845.251	24.555.847	21.683.494

Total do ativo não circulante

Total do ativo

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<b>Receita operacional líquida</b>	21	82.753	124.422	9.996.067	8.478.865
<b>Custos dos serviços prestados</b>					
Custo de construção	-	-	-	(3.291.624)	(2.380.151)
Serviços	(271)	(13.085)	(898.632)	(679.716)	(679.716)
Custo da outorga	-	-	(368.131)	(364.794)	-
Depreciação e amortização	(590)	(1.093)	(893.526)	(772.019)	-
Custo com pessoal	(24.106)	(24.678)	(691.066)	(519.750)	-
Provisão de manutenção	19	-	-	(270.175)	(199.878)
Materiais, equipamentos e veículos	(24)	(1.966)	(123.399)	(120.581)	-
Outros	(377)	(965)	(229.624)	(213.041)	-
<b>Lucro bruto</b>					
<b>Despesas operacionais</b>					
<b>Despesas gerais e administrativas</b>					
Despesas com pessoal	(85.243)	(94.810)	(250.810)	(268.721)	-
Serviços	(85.998)	(22.282)	(200.082)	(167.417)	-
Materiais, equipamentos e veículos	(817)	(967)	(9.714)	(11.112)	-
Depreciação e amortização	(12.506)	(10.663)	(65.890)	(50.536)	-
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	(1.337)	(2.626)	(28.328)	(30.650)	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(60)	(49)	(29.871)	(23.304)	-
Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros	(9.348)	(4)	(34.079)	(18.620)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(2.105)	(4.276)	-
Água, luz, telefone, internet e gás	(1.613)	(1.564)	(12.333)	(12.472)	-
Contribuições a sindicatos e associações de classe	(1.807)	(1.643)	(12.213)	(12.010)	-
Aluguéis de imóveis e condomínios	(4.645)	(5.735)	(7.930)	(8.014)	-
Gastos com viagens e estadias	(3.457)	(2.950)	(7.532)	(8.585)	-
Outros	(4.939)	(5.183)	(53.342)	(63.479)	-
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>					
<b>Outros resultados operacionais</b>					
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>					
Resultado financeiro	12	1.025.339	913.107	243.148	176.353
<b>Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social</b>					
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	22	1.324.623	867	1.344.175	3.345
<b>Lucro líquido do exercício</b>					
<b>Atribuível a:</b>					
Acionistas da controladora	22	2.205.777	848.133	4.302.444	2.729.437
Acionistas não controladores	-	(152.151)	45.605	(1.835.533)	(1.513.094)
<b>Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social</b>					
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	9a	2.053.626	893.738	2.466.911	1.216.343
<b>Lucro líquido do exercício</b>					
<b>Atribuível a:</b>					
Acionistas da controladora	20f	1.707.698	865.696	1.713.851	874.368
Acionistas não controladores	-	-	(76.404)	(87.497)	-
<b>Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)</b>					
		0,96721	0,49032	0,97070	0,49523

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>		1.707.698	865.696	1.637.447	786.871
<b>Outros resultados abrangentes</b>					
<b>Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado</b>					
Ajuste Patrimonial - Plano de pensão	20e	(2)	(1.066)	(2)	(1.066)
<b>Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado</b>					
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	20e	(183.692)	333.839	(183.692)	333.839
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	20e	(160.691)	174.822	(160.691)	174.822
Ativação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	20e	(12.659)	(30.370)	(12.659)	(30.370)
Imposto de renda e contribuição social	20e	59.192	(48.854)	59.192	(48.854)
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa - controladas em conjunto	20e	(83.593)	61.759	(83.593)	61.759
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior - acionistas não controladores	-	-	-	(5.366)	7.142
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>					
<b>Atribuível a:</b>					
Acionistas da controladora		1.326.253	1.355.826	1.250.636	1.284.143
Acionistas não controladores		-	-	(81.770)	(80.355)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros				Ajuste de avaliação patrimonial				Total			
	Capital social	Custos de captação	Transação com sócios	Ágio em transação de capital	Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Plano de pensão		Ajuste acumulado de conversão	Hedge accountline	Lucros acumulados
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>	2.055.495	(30.153)	-	(24.855)	337.093	893.790	100.775	10.474	139.710	13.801	-	3.496.130
Distribuição de dividendos em 30 de abril de 2015	-	-	-	-	-	-	(100.775)	-	-	-	-	(100.775)
Aumento de participação na controlada RodoAnel Oeste	-	-	-	(1.114)	-	-	-	-	-	-	-	(1.114)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	865.696	865.696
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(1.066)	333.839	157.357	-	490.130
Destinações:												
Reserva legal	-	-	-	-	43.285	-	-	-	-	-	(43.285)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 30 de outubro de 2015	-	-	-	-	-	(860.784)	-	-</				



## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:
  - Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
  - Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados e investidas;
  - Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação;
  - Eliminação do encargo de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
  - Eliminação dos gastos pré-operacionais e suas respectivas amortizações; e
  - As participações de acionistas não controladores da RodoNorte, da Parques, do RodoANEL Oeste, da Barcas, da CAI, da CPA, da BH Airport, da Spac e TAS, no patrimônio líquido e no resultado do exercício, foram destacadas na rubrica "Participação de acionistas não controladores".

### b) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira
- Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data do levantamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.
- Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais desde transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos na demonstração de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

- Operações no exterior
  - As demonstrações financeiras das controladas e controladas no conjunto no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e às internacionais e posteriormente convertidas para reais, sendo que os ativos e passivos são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação e as receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.
  - As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

### c) Apuração do resultado

- Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

### d) Resultados de serviços

- As receitas de pedágio, metroviárias, aeroportuárias e de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias, ponte, metrô, aeroportos e barcas.
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.
- As receitas de multimídia (telecomunicações) são reconhecidas à medida da realização da prestação de serviços.
- Receitas de construção. Segundo a ICPQ 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência dos trabalhos realizados.

- Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

### e) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos
  - A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.
  - A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
  - Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis
  - São reconhecidos como ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos
  - A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos
  - São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa.

- Conteúdo de hedge (hedge accounting)*
  - A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

- No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito à *hedge*.

- A nota explicativa nº 23 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.
- Hedge* de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

- Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contrato de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

- Hedge* de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que (i) seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que (ii) possa afetar o resultado.

- A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Reserva de *hedge* de fluxo de caixa e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.
- Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

- A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumuladas e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Capital social - ações ordinárias

- Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### f) Caixa e equivalentes de caixa

- Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

- g) Custo de transação na emissão de títulos de dívida**
  - Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

### h) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração
  - O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações e baixas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.
  - Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

- Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilização.
- Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado e que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.
- Os custos de manutenção de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação
  - A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 13.

- Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

### i) Ativos Intangíveis

- A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:
  - Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados
  - São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado para a geração de benefício econômico estimado.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e amortizado
  - Os direitos de concessão, quando na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

- Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 14.

### j) Redução ao valor de infraestrutura - vide item "i"

### k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

- Ativos financeiros
  - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

- Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e refletidos à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e detalhadas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros
  - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há evidência de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

- A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

- Durante a projeção, as premissas chave consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada região, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

- Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

- Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ação não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

- l) Provisões**
  - Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.
  - Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

- m) Provisão de manutenção - contratos de concessão**
  - As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.
  - A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.
  - Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentadas ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

- A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção física é mantida por todo o período de provisionamento.

### m) Receitas e despesas financeiras

- Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.
- As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

### n) Capitalização dos custos dos empréstimos

- Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

### o) Benefícios a empregados

#### • Planos de contribuição definida

- Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

#### • Plano de benefício definido

- O passivo reconhecido no balanço relativo aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação é determinado utilizando-se premissas atuariais.

- Benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

#### • Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

### p) Pagamentos baseados em ações

- Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados pelo valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado, à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

### q) Imposto de renda e contribuição social

- O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.
- O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

- O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

- O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tribuição. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

- Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.
- Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

- Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

### r) Resultado por ação

- O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

### s) Direito da concessão

#### BH Airport

- Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 do OCPQ 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 24d), baseado nos termos contratuais.

- Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, consequentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura. O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação.

#### AutoBAn, ViaOeste e RodoANEL Oeste

- Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 do OCPQ 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 24) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados.

### t) Contrato de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)

- A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPQ 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

- Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

- Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

- Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

- Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

- O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

- A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

### u) Informação por segmento

- Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do Grupo CCR. Todos os resultados operacionais são revisados frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, avaliação de seu desempenho e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

- Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

### v) Gastos pré-operacionais

- A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, consequentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculados ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

- Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09. Entretanto, para fins das demonstrações consolidadas, estes saldos e suas respectivas amortizações estão sendo eliminados conforme descrito no item "a" desta nota explicativa.

### w) Demonstrações de valor adicionado

- Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da controladora e do consolidado, nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

### x) Novos pronunciamentos e interpretações

- Os novos pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência	
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte a IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não-financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável e contabilidade de <i>hedge</i> , dentre outros.	(a)	1º janeiro de 2018
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	A IFRS 15 substitui a IAS 11, o IAS 18, o IFRIC 13, o IFRIC 15, o IFRIC 18 e o SIC-31 e estabelece o regime de receita a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes.	(a)	1º janeiro de 2018
IFRS 16 - Arrendamentos	A IFRS 16 substitui o IAS 17, o IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27 e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e estabelece, na visão do arrendatário, basicamente, um único modelo contábil, onde o arrendatário deve reconhecer o ativo e o passivo de todos os arrendamentos com prazos maiores de 12 meses a menos que o bem seja considerado de baixo valor. O arrendatário é requerido a registrar o direito de uso do ativo representando o direito de uso do bem e o passivo representando a obrigação de fazer os pagamentos do arrendamento. Quanto ao arrendador, os requerimentos do IAS 17 foram trazidos para a IFRS 16, podendo o arrendador classificar e contabilizar os arrendamentos como financeiros ou operacionais.	(b)	1º janeiro de 2019

- a) Aplicação em exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; e

- b) Aplicação em exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

### y) Novos Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016

- As presentes demonstrações financeiras incluem as alterações em uma série de pronunciamentos, com o objetivo de esclarecer as normas atuais. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário.

- Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constituiu um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 - Combinações de Negócios.

- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo.

- Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras



## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Gerenciamento de riscos financeiros

#### Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
  - Risco de taxa de juros e inflação;
  - Risco de taxa de câmbio; e
  - Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.
- A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

#### Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.

#### Risco de taxa de juros e inflação

A Companhia e suas investidas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (4) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 7, 15, 16, 23 e 24.

#### Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

As investidas brasileiras financiam parte de suas operações com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vinculados ao dólar norte-americano (USD) equivalentes, em 31 de dezembro de 2016, a R\$ 1.909.355 (R\$ 1.863.337 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$ 1.660.499 estão protegidos por contratos de hedge.

A CCR USA e a Quiport possuem operações com empréstimos e financiamentos em USD, que é a moeda oficial nos países onde operam.

A Aeris e a CAP possuem operações com empréstimos e financiamentos em USD, que é a moeda funcional dessas investidas.

Para maiores detalhes vide notas explicativas nºs 15 e 23.

#### Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

Debêntures e notas promissórias (a)	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos
	525.875	831.310	503.350			

Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis (a)	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos
	1.698.170	439.805	241.160	1.698.170	439.805	241.160

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo Consolidado de R\$ 2.931.666 (R\$ 3.762.836 em 2015), substancialmente composto por empréstimos, debêntures e notas promissórias a pagar, detalhadas nas notas explicativas nºs 15 e 16. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia e suas investidas estão permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos. Vide notas explicativas de eventos subsequentes sobre emissão de novas ações da Companhia.

### 7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e bancos	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	409	362	90.506			

Aplicações financeiras	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fundos de investimentos	709.327	84.666	1.671.848			

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,42% do CDI, equivalente a 13,88% ao ano (13,21% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2015).

### 8. Contas a receber - Consolidado

Circulante	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Recebíveis de aeroportos (a)	64.720	36.353		

Receitas acessórias (b)	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Pedágio eletrônico (c)	341.336	20.982		

Receitas aquaviárias (d)	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Receitas com multimídia (e)	4.116	1.086		

Poder Concedente - Metrô Bahia (h)	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Outros	424.812	483.126		

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (f)	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
	875.186	571.186		

Não Circulante	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Receitas acessórias (b)	2.118	2.118		

Receitas com multimídia (e)	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Poder Concedente - Barcas (g)	42.895	37.790		

Poder Concedente - Metrô Bahia (h)	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Outros	1.184.193	328.263		

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (f)	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
	1.248.738	376.325		

Idade de Vencimentos dos Títulos	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a vencer	2.107.010	929.242		

Créditos vencidos até 60 dias	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	4.839	7.220		

Créditos vencidos de 91 a 180 dias	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos vencidos há mais de 180 dias	6.458	4.600		

Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem, capatazia e créditos de receitas acessórias como aluguel de espaços e tarifa de estacionamento;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nas concessionárias de concessão;	42.895	37.790		

Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas aquaviárias, utilizados por intermédio do cartão RioCard;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em atividades de multimídia, prestados a terceiros Samm;	1.184.193	328.263		

Créditos a receber decorrentes de serviços em atividades de multimídia, prestados a terceiros Samm;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	1.248.738	376.325		

Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de 120 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia;	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Créditos a receber decorrentes de serviços em PCLD de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto para a BH Airport, onde é constituído para títulos a mais de				

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Estatutários			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
1. Remuneração (v):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	18.694	15.472	47.251	40.656
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado	8.979	9.156	16.986	17.125
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte (Reversão)/Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	8.461	16.512	16.977	26.284
Previdência privada	749	699	1.637	1.628
Seguro de vida	24	23	80	83
2. Plano de incentivo de longo prazo	(1.437)	(1.224)	(1.437)	(1.224)
	35.470	40.638	81.494	84.552

### d. Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado) (*)		(Reapresentado) (*)	
Remuneração dos administradores (v)	12.263	12.161	24.653	24.053

(\*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor comparabilidade. Na AGO realizada em 15 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e diretoria da Companhia de R\$ 49.099, no caso de cumprimento integral das metas fixadas, podendo chegar até R\$ 59.099 no caso de superação das metas. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros b, c e d:

(a) Refere-se ao contrato por administração sob regime de aliança para a prestação de serviços de obras de construção e melhorias no Metrô Bahia. Para atender aos prazos necessários para a entrega das duas linhas previstas no Sistema Metropolitano Salvador-Lauro de Freitas e obter a máxima eficiência no processo construtivo, com a redução dos custos e a diminuição dos riscos, a CCR firmou um Contrato de Aliança com construtoras parceiras a preço global para atender tais demandas.

O principal diferencial do Contrato de Aliança é configurar uma parceria em que, em vez de apenas serem contratadas para as obras, as construtoras contribuem para a definição do orçamento de forma participativa e transparente - incluindo a predeterminação do lucro esperado. Os Construtores poderão obter uma bonificação financeira se o resultado for melhor do que o projetado, ou serem penalizados até o limite de sua remuneração se houver perdas ou frustração dos resultados e cronogramas. Na prática, as empresas responsáveis pelo serviço podem obter um bônus de até 100% sobre o lucro acordado ou perdê-lo totalmente, no pior dos cenários. Essa formatação permite excluir do preço orçado, margens normalmente incluídas para fazer frente a eventuais imprevistos ou interferências, custos que, caso ocorram, são compartilhados entre as partes.

Em termos operacionais, mensalmente, o consórcio elabora a previsão para os gastos de execução do projeto, na qual a Companhia se baseia para efetuar os adiantamentos ao mesmo. As diferenças entre o custo previsto e o adiantamento efetuado são compensadas no pagamento do mês seguinte. Os valores a serem pagos pela Companhia são atualizados mensalmente pelo INCC.

Em atenção às melhores práticas de governança priorizadas pelo Novo Mercado e às práticas internas do próprio Grupo CCR, foi contratada empresa independente para avaliar o processo de previsão dos custos de modo a assegurar que os valores do orçamento são compatíveis com os preços de mercado. Foi também contratada empresa de assessoria especializada, com experiência comprovada, para acompanhar o andamento das obras e sua aderência ao cronograma e orçamento, visando assegurar a performance esperada do Contrato de Aliança.

O modelo do Contrato de Aliança continua em fase de avaliação e não substituirá, necessariamente, a contratação convencional das construtoras em novos projetos.

(b) Pagamento referente a transferência de titularidade de estudos e quitação de custos incorridos relativos ao NASP;

(c) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a implantação de novo sistema viário para acesso ao município de Juindai (AutoBan), com vigência de 16 de maio de 2016 a 30 de outubro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor;

(d) Em 5 de fevereiro de 2016, a controladora CPC reconheceu o montante de R\$ 49.820, referente a cessão não onerosa de opção de compra do terreno do projeto NASP, anteriormente pago pelos cedentes da opção (Camargo Corrêa Investimentos e Andrade Gutierrez Concessões). Vide nota explicativa nº 13;

(e) Receitas e contas a receber referentes à prestação de serviços administrativos pela CCR - Divisão Actua e de serviços de informática e manutenção executados pela CPC - Divisão Engolotec às suas investidas;

(f) Contratos de mútuo, sendo 4 remunerados a 130% do CDI e 2 remunerados a TR + 9,89% a.a., todos com vencimento em 15 de janeiro de 2034;

(g) Refere-se a mútuo feito pela CIIS ao VLT Carioca remunerado à variação acumulada do CDI + 5% a.a. O vencimento do contrato é 31 de dezembro de 2018;

(h) Contratos de mútuos entre a Quiport e seus acionistas e outras partes relacionadas, remunerados em até 9,36% a.a., com vencimentos entre 2037 e 2040;

(i) Refere-se aos contratos de mútuo entre a Aeris e outras partes relacionadas, remuneradas a 9,89% a.a., com vencimentos de principal entre 2018 e 2023;

(j) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da rodovia Presidente Dutra, com vigência até fevereiro de 2021;

(k) Contrato de locação de fibra óptica apagada entre Samm e CPFL, com prazo contratual até 20 de novembro de 2018 (48 meses contados a partir da data de assinatura do contrato), com vencimento para todo dia 10 do mês seguinte ao da emissão das faturas;

(l) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI entre o RodoAnel Oeste e a sua acionista Encalco, com vencimento previsto em 15 de novembro de 2024;

(m) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de duplicação da rodovia BR-376, compreendendo a construção de nova pista e recuperação da pista existente (RodoNorte), com vigência até a 25 de junho de 2021;

(n) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos encabeçamentos e capeamentos, distribuídos em vários pontos da Rodovia Presidente Dutra, com vigência de 23 de janeiro de 2014 a 21 de julho de 2017;

(o) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na MSVIA, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor;

(p) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a execução de trevos, obras de arte especiais e passarelas para a duplicação de trechos da Rodovia João Melão (SPVias), no valor total de R\$ 114.550, com vigência de 13 de junho de 2016 a 21 de janeiro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor. O consórcio Rodo Avaré é constituído pelas empresas Andrade Gutierrez Engenharia S.A e Andrade Gutierrez Construções e Serviços S.A.;

(q) Retenções de parte das verbas de mobilização das empresas que foram responsáveis pela execução das obras de recuperação inicial, em função da postergação dos investimentos no cronograma contratual;

(r) Prestação de serviço da CPC à Aeris de supervisão e administração dos trabalhos de construção exigíveis pela Concessionária para implementação de seu novo projeto de investimento, com vencimento para todo dia 15 do mês seguinte ao recebimento das faturas;

(s) Os valores referem-se, substancialmente, a custos com mão de obra da Infraero alocada no Aeroporto Internacional de Confins, conforme previsto na cláusula 2.23.3 do Contrato de Concessão, os quais são reembolsados mensalmente de acordo com a prestação de serviço;

(t) Refere-se à parcela do preço, retida no contrato de compra e venda entre a CPC e os antigos acionistas da Barcas;

(u) Contrato de mútuo firmado entre a Barcas e seus acionistas, remunerado à variação do CDI em 127,9%, em 4 de outubro de 2016, com vencimento em 03 de dezembro de 2016. Naquela data, o prazo foi prorrogado para 07 de abril de 2017;

(v) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuído aos membros da administração: Conselho de Administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária.

## 12. Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

### a) Investimentos em controladas - Controladora

Controladas	Atividade principal	Local de constituição e operação	Percentual de participação			
			2016	2015		
AutoBAN	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	100,00%	100,00%		
CCR México	Concessão rodoviária	México/EUA	100,00%	100,00%		
CIIS	Serviços	Brasil (SP/RJ)	100,00%	100,00%		
CPC	Holding	América Latina e Espanha	99,00%	99,00%		
NovaDutra	Concessão rodoviária	Brasil (SP/RJ)	100,00%	100,00%		
Parques	Serviços	Brasil	85,92%	85,92%		
Ponte(a)	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	100,00%	100,00%		
RodoAnel Oeste (c)	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	99,0391%	98,9103%		
RodoNorte	Concessão rodoviária	Brasil (PR)	85,92%	85,92%		
Samm	Serviços	Brasil (SP/RJ)	99,90%	99,90%		
SPCP (b)	Holding	Brasil (RJ)	60,5646%	99,90%		
ViaLagos	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	100,00%	100,00%		
ViaOeste	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	100,00%	100,00%		

(a) Em 1º de junho de 2015, encerrou o prazo de concessão da Ponte Rio-Niterói.

(b) Em 30 de março de 2016, a CPC aportou na SPCP os direitos e obrigações referentes à aquisição de terreno em Caieiras, pelo valor líquido de R\$ 49.820, diluindo a participação direta da CCR nesta subsidiária.

(c) Em 4 de maio e 3 de novembro de 2016, a CCR aportou, respectivamente, os montantes de R\$ 62.000 e R\$ 61.000 no RodoAnel Oeste diluindo o acionista Encalco, passando a deter 99,0391% de participação.

### a.1) Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, líquido da provisão para passivo a descoberto - Controladora

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das investidas		Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado líquido do exercício das investidas		Resultado de equivalência patrimonial	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	AutoBAN (a)	487.383	707.590	487.383	707.590	583.043	581.650	583.043
CCR México (a)	571	1.125	571	1.125	(260)	(342)	(260)	(342)
CIIS	101.472	59.724	101.472	59.724	4.504	(4.424)	4.504	(4.424)
CPC	2.411.127	1.427.505	2.387.016	1.413.230	(126.421)	(164.554)	(125.157)	(162.908)
NovaDutra (a)	476.586	437.639	476.586	437.639	148.398	154.736	148.398	154.736
Parques	8	(1)	7	(1)	9	(3)	8	(3)
Ponte (a)	30.190	29.638	30.190	29.638	552	(17.949)	552	(17.949)
RodoAnel Oeste (b)	641.979	(194.518)	635.810	(192.292)	(151.079)	(149.509)	(149.509)	(179.055)
RodoNorte	212.522	217.165	182.599	186.588	200.912	218.269	172.624	187.485
RodoNorte (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	6.015	7.096	-	-	(1.081)	(1.031)
Samm	54.697	60.057	54.642	59.997	(5.360)	(7.890)	(5.355)	(7.882)
SPCP	197.831	1.675	129.612	1.673	(23.344)	(2.870)	(15.432)	(2.870)
STP	-	198.953	-	68.116	108.134	131.071	37.022	44.875
STP (Ágio)	-	-	-	3.899	-	-	1	-
ViaLagos (a)	27.548	19.749	27.548	19.749	17.983	19.356	17.983	19.356
ViaOeste	236.349	366.632	236.349	366.632	271.625	299.452	271.625	299.452
ViaQuatro	252.953	304.563	151.772	182.738	173.343	8.205	104.006	4.923
ViaQuatro (Ágio)	-	-	1.768	1.843	-	-	(75)	(13)
ViaRio	202.148	217.105	67.376	72.361	(52.676)	(8.572)	(17.557)	(2.857)

Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto **5.333.364** **3.854.601** **4.976.716** **3.427.345** **1.149.363** **1.024.906** **1.025.339** **913.107**

### a.2) Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto - Controladora

	Saldo inicial 2015	Resultado de equivalência patrimonial	Aquisição de participação	Aumento de capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Ajuste de avaliação patrimonial	Ágio em transação de capital (a)	Outras movimentações	Saldo final 2015				
										Resultado de equivalência patrimonial		Ajuste de avaliação patrimonial	
										2016	2015	2016	2015
AutoBAN	707.590	583.043	-	-	(803.250)	-	-	-	487.383				
CCR México	1.125	(260)	-	-	(294)	-	-	-	571				
CIIS	59.724	4.504	43.557	-	(6.113)	-	-	-	101.472				
CPC (c)	1.413.230	(125.157)	1.393.526	-	(294.583)	-	-	-	2.387.016				
NovaDutra	437.639	148.398	-	-	(109.451)	-	-	-	476.586				
Parques	(1)	8	-	-	-	-	-	-	7				
Ponte	29.638	552	-	-	-	-	-	-	30.190				
RodoAnel Oeste (b)	(192.292)	(149.509)	123.000	-	-	(439)	855.050	-	635.810				
RodoNorte	186.588	172.624	3.064	-	(179.677)	-	-	-	182.599				
RodoNorte (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
Samm	7.096	(1.081)	-	-	-	-	-	-	6.015				
SPCP	59.997	(5.355)	-	-	-	-	-	-	54.642				
STP	1.673	(15.432)	143.371	-	-	-	-	-	129.612				
STP (Ágio)	68.116	37.022	-	-	(27.013)	-	-	-	(78.125)				
STP (Ágio)	3.899	-	-	-	-	-	-	-	(3.899)				
ViaLagos	19.749	17.983	-	-	(10.184)	-	-	-	27.548				
ViaOeste	366.632	271.625	-	-	(401.908)	-	-	-	236.349				
ViaQuatro	182.738	104.006	-	-	(54.517)	(80.455)	-	-	151.772				
ViaQuatro (Ágio)	1.843	(75)	-	-	-	-	-	-	1.768				
ViaRio	72.361	(17.557)	-	-	-	-	-	-	67.376				
Total	3.427.345	1.025.339	1.718.890	-	(1.596.000)	(381.445)	(439)	773.026	4.976.716				

(a) Existe participação irrelevante de acionistas não controladores, a qual não impacta o cálculo de equivalência patrimonial na controladora.

(b) Em 25 de maio de 2016, o Conselho de Administração da Companhia deliberou sobre a absorção de prejuízos do RodoAnel Oeste, no montante de R\$ 855.050, com o saldo dos mútuos a pagar para a CCR.

	Saldo inicial 2014	Resultado de equivalência patrimonial	Aquisição de participação	Aumento de capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Ajuste de avaliação patrimonial	Ágio em transação de capital	Outras investimentos	Saldo final 2015				
										Resultado de equivalência patrimonial		Ajuste de avaliação patrimonial	
										2014	2015	2014	2015
AutoBAN	586.785	581.650	-	-	(460.845)	-	-	-	707.590				
CCR México	1.206	(342)	-	-	-	261	-	-	1.125				
CIIS	53.793	(4.424)	-	-	-	10.355	-	-	59.724				
CPC	1.280.434	(162.908)	-	-	(128.700)	-	424.404	-	1.413.230				
NovaDutra	442.780	154.736	-	-	-	-	(159.877)	-	437.639				
Parques	2	(3)	-	-	-	-	-	-	(1)				
Ponte	47.587	(17.949)	-	-	-	-	-	-	29.638				
RodoAnel Oeste	(94.083)	(179.095)	-	82.000	-	-	(1.114)	-	(192.292)				
RodoNorte	181.612	187.485	-	-	-	-	-	-	186.588				
RodoNorte (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
Samm	30.416	(7.882)	-	37.463	-	-	-	-	59.997				
SPCP	844	(2.867)	-	3.696	-	-	-	-	1.673				
STP	82.012	44.875	-	-	(58.771)	-	-	-	68.116				
STP (Ágio)	3.898	1	-	-	-	-	-	-	3.899				
ViaLagos	27.235	19.356	-	-	(26.842)	-	-	-	19.749				
ViaOeste	231.091	299.452	-	-	(163.911)	-	-	-	366.632				
ViaQuatro	142.901	4.923	6.870	-	(27.066)	55.110	-	-	182.738				
ViaQuatro (Ágio)	-	(13)	-	1.856	-	-	-	-	1.843				
ViaRio	15.991												



# Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Demonstração do resultado resumida (de acordo com a participação da Companhia)

	2016														
	ViaQuatro	Corporación Quiport	Icaros	Quioport Holdings	Quiama	ADC Equador	Aeris Holding	IBSA Finance	IBSA	ViaRio	VLT Carigoca	STP (2)	Renovias	Controlar	Outros investimentos
Receita	610.292	291.878	-	-	11.833	29.677	126.548	-	-	234.127	238.834	185.699	170.481	-	-
Depreciação e amortização	(22.005)	(57.131)	-	-	-	(1.256)	(27.514)	-	-	(2.282)	(1.051)	(11.923)	(11.923)	-	-
Resultado financeiro	(24.255)	1.948	-	-	-	-	(11.059)	11.059	11.059	1.087	1.087	11.076	11.076	50	-
Despesa financeira	(176.749)	(48.348)	(10)	-	(4)	-	(37.620)	(11.059)	(11.059)	(21.946)	(3.026)	(1.458)	(5.690)	-	-
<b>Resultado de operações continuadas antes dos impostos</b>	<b>155.857</b>	<b>81.952</b>	<b>23.179</b>	<b>84.642</b>	<b>10.921</b>	<b>73</b>	<b>(13.181)</b>	<b>(4)</b>	<b>(72)</b>	<b>(26.460)</b>	<b>6.947</b>	<b>55.817</b>	<b>89.526</b>	<b>(1.276)</b>	<b>(1.879)</b>
IR e CS	(51.851)	-	(1)	-	-	-	(3.627)	-	-	8.903	(2.320)	(18.179)	(29.847)	-	-
<b>Resultado de operações continuadas antes dos impostos e provisões</b>	<b>104.006</b>	<b>81.952</b>	<b>23.178</b>	<b>84.642</b>	<b>10.921</b>	<b>73</b>	<b>(16.808)</b>	<b>(4)</b>	<b>(72)</b>	<b>(17.557)</b>	<b>4.627</b>	<b>37.202</b>	<b>59.679</b>	<b>(1.276)</b>	<b>(1.879)</b>
DNIT (5.435)	(9)	(92.080)	(32.088)	(106.450)	-	-	(18)	18	105	(3)	(3)	13.522	13.522	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>23.551</b>	<b>(17.248)</b>	<b>(8.906)</b>	<b>(21.810)</b>	<b>10.921</b>	<b>73</b>	<b>(16.966)</b>	<b>14</b>	<b>33</b>	<b>(17.557)</b>	<b>1.495</b>	<b>37.202</b>	<b>59.679</b>	<b>(1.276)</b>	<b>(19.908)</b>
Dividendo declarado/pago	4.117	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

  

	2015														
	ViaQuatro	Corporación Quiport	Icaros	Quioport Holdings	ADC&HAS Management	ADC Equador	Aeris Holding	IBSA Finance	IBSA	ViaRio	VLT Carigoca	STP	Renovias	Controlar	Outros investimentos
Receita	267.912	284.112	-	-	-	2.518	96.331	-	-	413.539	79.228	306.990	163.914	-	-
Depreciação e amortização	(22.989)	(47.193)	-	-	-	-	(20.856)	-	-	(89)	(2)	(30.944)	(12.733)	(15)	-
Resultado financeiro	(24.255)	1.948	2.051	-	-	-	(12.333)	12.333	12.333	3.327	5.105	13.522	13.522	-	-
Despesa financeira	(298.454)	(32.874)	-	-	-	(7)	(25.486)	(12.333)	(12.333)	(3.972)	(15.551)	(1.129)	(7.275)	(8)	-
<b>Resultado de operações continuadas antes dos impostos</b>	<b>4.061</b>	<b>95.705</b>	<b>25.916</b>	<b>97.563</b>	<b>(118)</b>	<b>(1)</b>	<b>2.490</b>	<b>(2)</b>	<b>(65)</b>	<b>(4.275)</b>	<b>(8.623)</b>	<b>61.184</b>	<b>78.070</b>	<b>(1.470)</b>	<b>12.684</b>
IR e CS	861	-	-	-	-	-	(2.072)	-	-	1.418	2.921	(16.310)	(24.185)	-	-
<b>Resultado de operações continuadas antes dos resultados abrangentes</b>	<b>4.922</b>	<b>95.705</b>	<b>25.916</b>	<b>97.563</b>	<b>(118)</b>	<b>(1)</b>	<b>418</b>	<b>(2)</b>	<b>(65)</b>	<b>(2.857)</b>	<b>(5.702)</b>	<b>44.874</b>	<b>53.885</b>	<b>(1.470)</b>	<b>12.684</b>
Outros resultados abrangentes	57.730	157.062	55.649	180.475	615	21	3.357	3.357	(182)	(182)	6.072	6.072	13.522	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>62.652</b>	<b>252.767</b>	<b>81.565</b>	<b>278.038</b>	<b>497</b>	<b>20</b>	<b>3.735</b>	<b>(36)</b>	<b>(247)</b>	<b>(2.857)</b>	<b>3.702</b>	<b>48.774</b>	<b>53.885</b>	<b>(1.470)</b>	<b>31.938</b>
Dividendo declarado/pago	27.066	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(2) Valores até julho de 2016.

## Outras informações relevantes

A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

### a) RodoNorte

**Anulação de aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002)**  
A ação nº 2005.70.00.007929-7, movida pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER, visa a anulação dos termos aditivos especiais nº 14 (concessão 2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o Contrato de Concessão. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa, que já foi julgada definitivamente sem resolução de mérito. Em 07 de março de 2014, foi deferido novo prazo de suspensão do feito pelo prazo de 180 dias, diante da possibilidade de acordo entre as partes. Encerrado o prazo de suspensão do feito, o processo retornou ao seu curso normal e atualmente encontra-se em fase de instrução.

### ii. Processo de encampação

Em 04 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. A Encampação propôs a ação judicial nº 2003.34.00.028316-4 em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) com o propósito de impedir a encampação da Controlada. Os trabalhos da Comissão de Concessão estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. O processo encontra-se em fase de instrução.

### iii. Decreto expropriatório

Em 08 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da RodoNorte. Em razão disso, os acionistas e a investida ajuizaram ação nº 2004.34.00.001339-6 em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) com o propósito de impedir a encampação da Controlada. Os trabalhos da Comissão de Concessão estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. O processo encontra-se em fase de instrução.

### iv. Reajustes tarifários de 2003 a 2010

Entre os anos de 2003 e 2010, a Controlada encontrou dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro de cada ano, tendo sido necessário o ajustamento de medidas judiciais para garantir esse direito. O novo reajuste tarifário no referido período foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 tiveram sentenças favoráveis à Controlada. A ação relativa ao reajuste de 2010 aguarda sentença. Em 26 de maio de 2015, foi celebrado acordo pelas partes para encerrar os processos referentes aos reajustes de 2003 a 2010.

O contrato de concessão prevê o equilíbrio econômico-financeiro, ressaltando a Controlada pelo período em que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual. Os reajustes de 2011 a 2016 foram autorizados sem a necessidade de ação judicial.

### v. Procedimentos administrativos e Ações Judiciais sobre pavimento

Em 2005, a aplicação de uma infração contra a Controlada em primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Qualidade Global). A mesma defendeu, alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR não acolheu a defesa e aplicou multa no valor aproximado de R\$ 16.000. A RodoNorte ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se em fase de instrução. Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A RodoNorte ingressou com duas ações judiciais, sendo uma (2005.34.00.01966-1) para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR a qual indevidamente instaurou ação de cobrança das tarifas de pedágio relativas aos eixos suspensos dos caminhões que trafegam pelas rodovias sob sua administração. Posteriormente, a Controlada apresentou uma Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Ambos os processos permaneceram suspensos por dois anos, período em que as partes mantiveram tratativas para um acordo nas referidas ações. Em razão do tempo decorrido, a ação que trata da nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR foi julgada extinta, tendo sido interposto recurso de apelação em 10 de julho de 2013, que aguarda julgamento. Com relação à segunda ação, que trata da inexistência das infrações invocadas na Portaria, foi deferida a produção de prova pericial de engenharia. Antes que a perícia tivesse início, em 18 de novembro de 2016, foi publicada a decisão que determinou a suspensão do processo.

### vi. Receita de tarifa

O DER propôs a ação civil pública nº 2007.70.00.005416-9, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Controlada auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização para aplicação de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que foi interposto recurso pela Controlada e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Posteriormente, sentença em primeira instância e acórdão em segunda instância pela extinção da ação sem julgamento do mérito. O DER apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam julgamento.

### vii. Prorrogação/Extensão do Contrato de Concessão e Convênio de Delegação

O Ministério Público Federal de Jacarezinho/PR propôs Ação Civil Pública (nº 5002208-05.2015.4.04.7013) em face da União, Estado do Paraná, DER/PR, RodoNorte, e demais Concessionárias do Paraná, alegando que as partes estariam pretendendo prorrogar os Convênios de Delegação celebrados entre a União e o Estado do Paraná e os Contratos de Concessão celebrados entre o Estado do Paraná e as Concessionárias, sem a respectiva licitação, o que acarretaria danos aos direitos dos consumidores e à moralidade administrativa. A liminar foi concedida para que: i) a União se abstenha de qualquer ato de renovação dos referidos Convênios de Delegação com a finalidade de atender à proposta do DER e do Estado do Paraná de prorrogar os contratos; ii) o DER, o Estado do Paraná e as Concessionárias se abstenham de firmar qualquer acordo de prorrogação do prazo de vigência das atuais contratos de concessão sem a realização de procedimento licitatório. As rés recorreram da liminar concedida ao TRF. O recurso da RodoNorte foi julgado em 08 de junho de 2016, tendo sido provido parcialmente para: (i) dar provimento ao pedido de cassação da liminar concedida; e (ii) negar provimento ao pedido de reconhecimento da incompetência do juízo de Jacarezinho/PR. Em 12 de agosto de 2016, a RodoNorte interpus recurso especial contra o não acolhimento da incompetência do juízo de Jacarezinho, o qual, após ter a sua admissibilidade deferida pelo TRF, aguarda julgamento no STJ. O processo principal está em fase de instrução.

### viii. Lei 13.103/2015

Em 16 de abril de 2015, a Controlada divulgou Comunicado ao Mercado, informando que a partir da 00h do dia 17 de abril de 2015, acatando ao previsto na Lei nº 13.103/2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 03 de março de 2015, regulamentada pela Resolução nº 002, de 15 de abril de 2015, da Agência Reguladora do Paraná - Apegar, o novo juiz designado para processar e julgar o feito, em 29 de julho de 2014 proferiu decisão revogando a sua administração. Informou ainda que a perda de receita decorrente da referida medida legal é passível de equilíbrio contratual, nos termos das normas que regem a concessão. Em 04 de setembro de 2015, a Controlada divulgou novo Comunicado ao Mercado informando que, acatando ao previsto na Resolução nº 004, de 1º de setembro de 2015 da Agência Reguladora do Paraná - Apegar, que revoga a Resolução nº 002, de 15 de abril de 2015, retornou a cobrar as tarifas de pedágio relativas aos eixos suspensos dos caminhões que trafegam pelas rodovias sob sua administração. Informou ainda que a perda de receita no período de vigência da Resolução nº 002/15, revogada pela Resolução nº 004/15, deverá ser reequilibrada, nos termos do contrato e das normas que regem a concessão.

### ix. ViaOeste

#### i. Procedimento Administrativo - Termo Aditivo Modificativo nº 20/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes não recorreram da decisão.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram uma Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-81.2014.8.26.0053 contra a Controlada pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A ViaOeste ajuizou uma Ação de Procedimento Ordinário nº 1021970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do contrato de concessão.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Tendo sido deferida a realização de perícia econômica para dirimir a controvérsia de ambas as ações, o perito designado pelo juízo da 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo apresentou, em 13 de abril de 2016, laudo pericial favorável às alegações da Concessionária. As partes apresentaram manifestações sobre o laudo pericial. Os autos encontram-se em fase de instrução.

A ViaOeste propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019924-81.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguinte o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a Concessionária interpus recurso de apelação que aguarda julgamento.

#### ii. Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a ViaOeste propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026968-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato, com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela ViaOeste, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, a ARTESP e o Estado de São Paulo interuseram recurso de apelação, que foi provido, por unanimidade, em acórdão publicado em 28 de junho de 2016. A ViaOeste opôs embargos de declaração, que foram rejeitados. A ViaOeste interpus recursos especial e extraordinário em dezembro de 2016.

Em razão da recusa sobre recusa suspensos devido à suspensão de liminar deferida pelo Presidente do TJSP, em 13 de agosto de 2014.

#### i. Ação RodoAnel Oeste

A ação nº 2005.70.00.007929-7, movida pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER, visa a anulação dos termos aditivos especiais nº 14 (concessão 2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o Contrato de Concessão. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa, que já foi julgada definitivamente sem resolução de mérito. Em 07 de março de 2014, foi deferido novo prazo de suspensão do feito pelo prazo de 180 dias, diante da possibilidade de acordo entre as partes. Encerrado o prazo de suspensão do feito, o processo retornou ao seu curso normal e atualmente encontra-se em fase de instrução.

Em 04 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. A Encampação propôs a ação judicial nº 2003.34.00.028316-4 em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) com o propósito de impedir a encampação da Controlada. Os trabalhos da Comissão de Concessão estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. O processo encontra-se em fase de instrução.

Em 08 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da RodoNorte. Em razão disso, os acionistas e a investida ajuizaram ação nº 2004.34.00.001339-6 em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) com o propósito de impedir a encampação da Controlada. Os trabalhos da Comissão de Concessão estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. O processo encontra-se em fase de instrução.

Entre os anos de 2003 e 2010, a Controlada encontrou dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro de cada ano, tendo sido necessário o ajustamento de medidas judiciais para garantir esse direito. O novo reajuste tarifário no referido período foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 tiveram sentenças favoráveis à Controlada. A ação relativa ao reajuste de 2010 aguarda sentença. Em 26 de maio de 2015, foi celebrado acordo pelas partes para encerrar os processos referentes aos reajustes de 2003 a 2010.

O contrato de concessão prevê o equilíbrio econômico-financeiro, ressaltando a Controlada pelo período em que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual. Os reajustes de 2011 a 2016 foram autorizados sem a necessidade de ação judicial.

Em 2005, a aplicação de uma infração contra a Controlada em primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Qualidade Global). A mesma defendeu, alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR não acolheu a defesa e aplicou multa no valor aproximado de R\$ 16.000. A RodoNorte ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se em fase de instrução. Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A RodoNorte ingressou com duas ações judiciais, sendo uma (2005.34.00.01966-1) para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR a qual indevidamente instaurou ação de cobrança das tarifas de pedágio relativas aos eixos suspensos dos caminhões que trafegam pelas rodovias sob sua administração. Posteriormente, a Controlada apresentou uma Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Ambos os processos permaneceram suspensos por dois anos, período em que as partes mantiveram tratativas para um acordo nas referidas ações. Em razão do tempo decorrido, a ação que trata da nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR foi julgada extinta, tendo sido interposto recurso de apelação em 10 de julho de 2013, que aguarda julgamento. Com relação à segunda ação, que trata da inexistência das infrações invocadas na Portaria, foi deferida a produção de prova pericial de engenharia. Antes que a perícia tivesse início, em 18 de novembro de 2016, foi publicada a decisão que determinou a suspensão do processo.

O DER propôs a ação civil pública nº 2007.70.00.005416-9, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Controlada auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização para aplicação de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que foi interposto recurso pela Controlada e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Posteriormente, sentença em primeira instância e acórdão em segunda instância pela extinção da ação sem julgamento do mérito. O DER apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam julgamento.

O Ministério Público Federal de Jacarezinho/PR propôs Ação Civil Pública (nº 5002208-05.2015.4.04.7013) em face da União, Estado do Paraná, DER/PR, RodoNorte, e demais Concessionárias do Paraná, alegando que as partes estariam pretendendo prorrogar os Convênios de Delegação celebrados entre a União e o Estado do Paraná e os Contratos de Concessão celebrados entre o Estado do Paraná e as Concessionárias, sem a respectiva licitação, o que acarretaria danos aos direitos dos consumidores e à moralidade administrativa. A liminar foi concedida para que: i) a União se abstenha de qualquer ato de renovação dos referidos Convênios de Delegação com a finalidade de atender à proposta do DER e do Estado do Paraná de prorrogar os contratos; ii) o DER, o Estado do Paraná e as Concessionárias se abstenham de firmar qualquer acordo de prorrogação do prazo de vigência das atuais contratos de concessão sem a realização de procedimento licitatório. As rés recorreram da liminar concedida ao TRF. O recurso da RodoNorte foi julgado em 08 de junho de 2016, tendo sido provido parcialmente para: (i) dar provimento ao pedido de cassação da liminar concedida; e (ii) negar provimento ao pedido de reconhecimento da incompetência do juízo de Jacarezinho/PR. Em 12 de agosto de 2016, a RodoNorte interpus recurso especial contra o não acolhimento da incompetência do juízo de Jacarezinho, o qual, após ter a sua admissibilidade deferida pelo TRF, aguarda julgamento no STJ. O processo principal está em fase de instrução.

Em 16 de abril de 2015, a Controlada divulgou Comunicado ao Mercado, informando que a partir da 00h do dia 17 de abril de 2015, acatando ao previsto na Lei nº 13.103/2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 03 de março de 2015, regulamentada pela Resolução nº 002, de 15 de abril de 2015, da Agência Reguladora do Paraná - Apegar, o novo juiz designado para processar e julgar o feito, em 29 de julho de 2014 proferiu decisão revogando a sua administração. Informou ainda que a perda de receita decorrente da referida medida legal é passível de equilíbrio contratual, nos termos das normas que regem a concessão. Em 04 de setembro de 2015, a Controlada divulgou novo Comunicado ao Mercado informando que, acatando ao previsto na Resolução nº 004, de 1º de setembro de 2015 da Agência Reguladora do Paraná - Apegar, que revoga a Resolução nº 002, de 15 de abril de 2015, retornou a cobrar as tarifas de pedágio relativas aos eixos suspensos dos caminhões que trafegam pelas rodovias sob sua administração. Informou ainda que a perda de receita no período de vigência da Resolução nº 002/15, revogada pela Resolução nº 004/15, deverá ser reequilibrada, nos termos do contrato e das normas que regem a concessão.

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes não recorreram da decisão.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram uma Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-81.2014.8.26.0053 contra a Controlada pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A ViaOeste ajuizou uma Ação de Procedimento Ordinário nº 1021970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do contrato de concessão.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Tendo sido deferida a realização de perícia econômica para dirimir a controvérsia de ambas as ações, o perito designado pelo juízo da 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo apresentou, em 13 de abril de 2016, laudo pericial favorável às alegações da Concessionária. As partes apresentaram manifestações sobre o laudo pericial. Os autos encontram-se em fase de instrução.

A ViaOeste propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019924-81.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguinte o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a Concessionária interpus recurso de apelação que aguarda julgamento.

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a ViaOeste propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026968-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato, com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela ViaOeste, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, a ARTESP e o Estado de São Paulo interuseram recurso de apelação, que foi provido, por unanimidade, em acórdão publicado em 28 de junho de 2016. A ViaOeste opôs embargos de declaração, que foram rejeitados. A ViaOeste interpus recursos especial e extraordinário em dezembro de 2016.

Em razão da recusa sobre recusa suspensos devido à suspensão de liminar deferida pelo Presidente do TJSP, em 13 de agosto de 2014.

**i. Ação RodoAnel Oeste**  
A ação nº 2005.70.00.007929-7, movida pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER, visa a an

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Ativo Imobilizado - Consolidado

#### Movimentação do custo

	2015			2016			Variação cambial	Saldo final
	Saldo inicial	Adições (a)	Baixas	Transferências (b)	Outros			
Móveis e utensílios	39.814	2.438	(807)	3.724	(33)	(661)	44.475	
Máquinas e equipamentos	263.946	4.120	(4.015)	59.331	(83)	(10.207)	313.112	
Veículos	117.619	-	(7.152)	23.882	(809)	-	133.540	
Instalações e edificações	40.918	-	(4.504)	974	-	-	37.388	
Terrenos	-	387.415	-	-	-	-	387.415	
Equipamentos operacionais	523.275	-	(23.795)	71.845	-	-	571.325	
Embarcações	37.868	-	-	-	-	(7.234)	30.634	
Fibra óptica	12.403	-	-	-	1.230	-	13.633	
Imobilizações em andamento	216.844	165.478	(81)	(224.034)	-	-	158.207	
	1.252.687	559.451	(40.354)	63.048	(905)	(18.102)	1.689.729	

	2014			2015			Variação cambial	Saldo final
	Saldo inicial	Aquisição de participação TAS	Adições	Baixas (c)	Transferências (b)	Outros		
Móveis e utensílios	34.460	-	4.102	(1.657)	2.924	(15)	-	39.814
Máquinas e equipamentos	201.315	22.804	19	(11.584)	45.249	(484)	6.627	263.946
Veículos	114.405	-	(93.702)	(27.393)	24.104	(307)	-	117.619
Instalações e edificações	38.254	-	5.550	-	1.441	-	-	40.918
Equipamentos operacionais	466.074	-	-	(34.630)	91.831	-	-	523.275
Embarcações	28.750	-	-	-	-	-	9.118	37.868
Fibra óptica	7.285	-	-	-	5.118	-	-	12.403
Imobilizações em andamento	182.682	-	270.845	(781)	(234.586)	(1.316)	-	216.844
	1.071.225	22.804	280.516	(71.562)	(63.919)	(2.122)	15.745	1.252.687

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 9.959 em 2016 (R\$ 11.662 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 8,96% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 8,63% a.a. em 2015.

#### Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2015			2016			Variação cambial	Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (b)	Outros			
Móveis e utensílios	12	(16.714)	(3.264)	585	-	-	-	(19.393)	
Máquinas e equipamentos	17	(105.941)	(35.791)	3.365	1.699	4.725	-	(131.943)	
Veículos	21	(57.263)	(25.157)	6.256	110	-	-	(76.054)	
Instalações e edificações	18	(7.707)	(1.253)	4.489	(749)	-	-	(5.240)	
Equipamentos operacionais	16	(285.185)	(76.732)	21.888	(1.619)	-	-	(341.648)	
Embarcações	2	(3.396)	(1.880)	-	-	794	-	(4.482)	
Fibra óptica	5	(1.894)	(665)	-	(2)	-	-	(2.561)	
		(478.100)	(144.742)	36.563	(561)	5.519	-	(581.321)	

	Taxa média anual de depreciação %	2014			2015			Variação cambial	Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas (c)	Transferências (a)	Outros			
Móveis e utensílios	12	(14.785)	(3.560)	1.626	5	-	-	(16.714)	
Máquinas e equipamentos	17	(141.688)	(6.558)	(145.364)	21.145	3.996	-	(105.941)	
Veículos	21	(53.673)	(19.583)	17.980	(7)	(1.980)	-	(57.263)	
Instalações e edificações	18	(8.754)	(1.269)	2.318	(2)	-	-	(7.707)	
Equipamentos operacionais	16	(248.105)	(66.911)	34.323	(4.492)	-	-	(285.185)	
Embarcações	2	(1.620)	(1.096)	-	-	-	(680)	(3.396)	
Fibra óptica	5	(1.406)	(488)	-	-	-	-	(1.894)	
		(422.045)	(120.300)	67.405	(500)	(1.980)	(680)	(478.100)	

(a) Em 05 de fevereiro de 2016, a controlada CPC adquiriu terreno da Space Empreendimentos Imobiliários Ltda., pelo montante de R\$ 387.415 para futura construção do Novo Aeroporto de São Paulo (NASP), sujeita a prévia autorização dos órgãos competentes. Em 30 de março de 2016, a CPC aportou referido terreno e respectivas obrigações na SPCP.  
(b) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.  
(c) Substancialmente baixa dos ativos imobilizados da Ponte Rio-Niterói.

### 14. Ativos Intangíveis - Consolidado

#### Movimentação do custo

	2015			2016			Variação cambial	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (b)	Outros (e)			
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	12.468.107	2.615.043	(6.558)	21.145	(844.929)	(60.825)	14.191.983	
Direitos de uso de sistemas informatizados	141.688	339	(6.814)	39.877	-	(112)	174.978	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	36.627	-	(130)	2.015	-	-	38.512	
Cessão de fibra óptica e conectividade	32.986	12.244	-	-	-	-	45.230	
Direito de concessão (outorga fixa - BH Airport)	1.060.271	-	-	-	-	-	1.060.271	
Transmissão de dados de radiofrequência	849	629	-	-	-	-	1.478	
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	-	-	-	-	-	-	-	
RodoNorte (a)	14.988	-	-	-	-	-	14.988	
SPVias (a)	1.177.136	-	-	-	-	-	1.177.136	
ViaOeste (a)	251.709	-	-	-	-	-	251.709	
Barcas (b)	11.382	-	-	-	-	-	11.382	
Aeroporto Internacional de Curaçao (b)	82.942	-	-	-	-	(7.709)	75.233	
TAS (c)	67.596	-	-	-	-	(11.182)	56.414	
	15.346.281	2.628.255	(13.502)	63.037	(844.929)	(79.828)	17.099.314	

	2014			2015			Variação cambial	Saldo final
	Saldo inicial	Aquisição de participação TAS	Adições	Baixas (f)	Transferências (d)	Outros		
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	10.346.917	-	2.146.893	-	9.878	-	109.783	12.468.107
Direitos de uso de sistemas informatizados	94.415	461	214	(3.339)	49.937	-	-	141.688
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	32.598	-	268	(341)	4.102	-	-	36.627
Cessão de fibra óptica e conectividade	39.134	-	14.783	-	(21.088)	-	-	32.986
Direito de concessão (outorga fixa - BH Airport)	1.069.119	-	-	-	(1.647)	157	-	1.060.271
Transmissão de dados de radiofrequência	2.504	-	-	-	(8)	(848)	-	849
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-
Inovap 5 (b)	3.087	-	-	(3.087)	-	-	-	-
RodoNorte (a)	14.988	-	-	-	-	-	-	14.988
SPVias (a)	1.177.136	-	-	-	-	-	-	1.177.136
ViaOeste (a)	251.709	-	-	-	-	-	-	251.709
Barcas (b)	11.382	-	-	-	-	-	-	11.382
Aeroporto Internacional de Curaçao (b)	82.942	-	-	-	-	-	10.692	82.942
TAS (c)	72.250	-	65.821	-	-	-	1.775	67.596
	13.115.239	66.282	2.162.158	(152.131)	41.182	(8.699)	122.250	15.346.281

Foram acessados aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 271.289 em 2016 (R\$ 136.367 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 8,96% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 8,63% a.a. em 2015.

Foram acessados aos ativos intangíveis custos de *hedge accounting* no montante de R\$ 12.659 em 2016 (R\$ 30.370 em 2015).

#### Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2015			2016			Variação cambial	Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (d)	Outros			
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(a)	(3.503.365)	(678.646)	775	-	3.575	29.982	(4.147.679)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	22	(67.995)	(26.073)	24	-	(3.049)	-	(97.093)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	21	(24.667)	(4.549)	15	-	46	-	(29.155)	
Cessão de fibra óptica e conectividade	14	(1.088)	(11.818)	-	-	-	-	(12.906)	
Direito de concessão (outorga fixa - BH Airport)	(a)	(18.834)	(14.991)	-	-	-	-	(33.825)	
Transmissão de dados de radiofrequência	31	(64)	(801)	-	-	-	-	(865)	
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	
RodoNorte (a)	(7.892)	-	(1.081)	-	-	-	-	(8.973)	
SPVias (a)	(229.935)	-	(56.761)	-	-	-	-	(285.696)	
ViaOeste (a)	(118.049)	-	(16.121)	-	-	-	-	(134.170)	
Barcas (b)	(3.676)	-	(1.076)	-	-	-	-	(4.752)	
Aeroporto Internacional de Curaçao (b)	(17.514)	-	(3.757)	-	-	-	1.436	(19.835)	
TAS (c)	(3.993.079)	-	(814.674)	814	572	-	31.418	(4.774.949)	

	Taxa média anual de amortização %	2014			2015			Variação cambial	Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas (f)	Transferências (d)	Outros			
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(a)	(3.012.995)	(579.955)	142.090	58	-	(52.563)	(3.503.365)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	22	(54.566)	(17.308)	3.325	444	-	-	(67.995)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	21	(20.087)	(4.921)	341	-	-	-	(24.667)	
Cessão de fibra óptica e conectividade	14	(12.542)	(9.634)	-	21.088	-	-	(1.088)	
Direito de concessão (outorga fixa - BH Airport)	(a)	(5.233)	(13.601)	-	-	-	-	(18.834)	
Transmissão de dados de radiofrequência	31	(890)	(831)	-	1.647	-	-	(64)	
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	(a)	-	-	-	-	-	-	-	
Inovap 5 (b)	(899)	-	(778)	1.677	-	-	-	-	
RodoNorte (a)	(6.861)	-	(1.031)	-	-	-	-	(7.892)	
SPVias (a)	(175.710)	-	(54.225)	-	-	-	-	(229.935)	
ViaOeste (a)	(102.910)	-	(15.139)	-	-	-	-	(118.049)	
Barcas (b)	(2.600)	-	(1.076)	-	-	-	-	(3.676)	
Aeroporto Internacional de Curaçao (b)	(12.960)	-	(3.756)	-	-	-	(798)	(17.514)	
TAS (c)	(3.408.133)	-	(702.255)	147.433	23.237	-	(53.361)	(3.993.079)	

(a) Amortização pela curva do benefício econômico;  
(b) Amortização linear;  
(c) Não amortizado. Vida útil indefinida;  
(d) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;  
(e) Do montante total de R\$ 844.929, R\$ 520.097 referem-se à transferência para ativos financeiros, decorrente do TAM nº 2, celebrado entre o Metrô Bahia e o Poder Concedente, para reequilíbrio de investimentos adicionais executados, dentre outros (para maiores detalhes vide nota explicativa nº 8), e R\$ 324.832 referem-se à transferência de 74,23% dos adiantamentos a fornecedores para o ativo circulante e não circulante, percentual esse baseado no plano de negócios, como investimentos a serem reembolsados por meio do ativo financeiro; e  
(f) Baixa dos ativos intangíveis da Ponte Rio-Niterói.

### 15. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)		Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2016	Vencimento final	2016	2015
			Em moeda nacional	Em moeda estrangeira					
5a. AutoBAN	BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	2,1566% (a)	-	535	-	Fevereiro de 2017	7.015	48.397 (c)
5a. AutoBAN	BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	-	Fevereiro de 2017	661	4.565 (c)
8a. SPVias	BNDES - FINEM III	TJLP + 2,80% a.a.	N/I	-	-	-	Janeiro de 2019	70.724	104.832 (c)
6a. MSVia	BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,5674% (a)	2,210	-	-	Abril de 2016	-	556.031 (d) (e)
6b. MSVia	BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2402% (a)	-	15.607	14.910	Março de 2039	580.146	- (d)
6c. MSVia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,2147% (a)	-	2.389	2.361	Março de 2039	102.138	- (d)
6c. MSVia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,5508% (a)	-	2.492	2.463	Março de 2039	41.062	- (d)
2a. Metrô Bahia	BNDES - FINEM II	TJLP + 3,18% a.a.	3,3933% (a)	61.522	34.846	-	Outubro de 2042	1.825.010	1.028.805 (e) (g)
3a. BHAirport	BNDES - TJLP (SubCrédito A)	TJLP + 3,45% a.a.	5,9475% (a)	3.331	1.896	-	Julho de 2017	158.281	- (d)
3a. BHAirport	BNDES - TJLP (SubCrédito B)	TJLP + 2,40% a.a.	6,4272% (a)	1.307	1.307	-	Julho de 2017	78.884	- (d)
3a. BHAirport	BNDES - TJLP (SubCrédito C)	TJLP + 2,66% a.a.	5,1338% (a)	1.1					



## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O financiamento contará com as seguintes garantias:

- Cessão fiduciária;
- Do direito do Metrô Bahia ao recebimento da receita tarifária, da contraprestação e das receitas extraordinárias;
- Dos direitos do Metrô Bahia emeteros do Contrato de PPP, exceto os valores relativos ao Aporte Público;
- Dos direitos do Metrô Bahia detidos contra o Banco Bradesco, banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes nas contas correntes cedidas;
- Dos direitos do Metrô Bahia em face do Agente de Pagamento, emergentes do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas, celebrado entre Banco do Brasil (Agente de Pagamento), a (Desenbaha) e o Estado da Bahia, com adesão do Metrô Bahia;
- Dos direitos do Metrô Bahia oriundos do Contrato de Garantia firmado entre o Metrô Bahia, a CEF (Agente Financeiro), o Fundo Garantidor de Participações e na Desenbaha; e dos direitos do Metrô Bahia em face do Agente de Liquidação, emergentes do contrato a ser celebrado entre o Metrô Bahia e a CEF (Agente de Liquidação); e
- Dos direitos da CCR detidos contra o Banco Bradesco, banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na conta corrente de sua titularidade.

(b) Penhor de 100% das ações do Metrô Bahia, detidas pela CPC.

Adicionalmente o financiamento contará com o seguinte suporte da CCR:

- Durante a Fase I:
- Aportar recursos no Metrô Bahia para cobrir eventuais insuficiências ou quaisquer frustrações das fontes de recursos privados necessários ao cumprimento da contrapartida privada no projeto;
  - Cobrir integralmente, mediante pagamento direto ao BNDES qualquer insuficiência de recursos que vier a ocorrer para a quitação do saldo devedor do financiamento, vencido e não pago, caso o projeto não seja concluído em decorrência da insuficiência ou frustração de aporte de responsabilidade do Poder Concedente, ou ainda pelo não cumprimento do item anterior;
  - Aportar recursos na conta corrente de sua titularidade (conta suporte) para mantê-la com saldo mínimo de 100% do serviço da dívida a ser pago no período seguinte;
  - Cobrir integralmente, mediante pagamento direto ao BNDES qualquer insuficiência de recursos que vier a ocorrer para a quitação do saldo devedor do financiamento, vencido e não pago, caso o não do comprometimento do item acima;
  - A Fase II se encerra quando a Concessionária atender todas as seguintes condições: (i) início da operação comercial; (ii) observação, a partir do 2º exercício completo de operação, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,3 por 12 meses consecutivos e (iii) observação da relação PL/Ativo maior ou igual a 20%, sendo que a cada exercício com ICSD menor ou igual 1,1, esta Fase será estendida por mais um ano.

Durante a Fase II:

(a) Manter o nível da conta reserva da Concessionária, para restabelecer o saldo mínimo de reserva correspondente ao serviço da dívida dos três períodos seguintes, sempre que houver inadimplimento do Poder Concedente no pagamento da Contraprestação.

A Fase II se encerra após finalização da Fase I e da observação por dois exercícios consecutivos de ICSD Ajustado maior ou igual a 1,1, sendo que o ICSD Ajustado é igual ao EBITDA Ajustado - Receita da Contraprestação/Serviço da Dívida;

Durante toda a vigência do contrato de longo prazo, o Metrô Bahia não poderá distribuir quaisquer recursos a acionista ou a qualquer outra empresa integrante do seu grupo econômico, sob a forma de dividendos, à exceção dos dividendos mínimos legais, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida, redução de capital, pró-abono, participação nos resultados e honorários a qualquer título, bem como pagamentos referentes a contratos com empresas do grupo econômico, exceto pelos contratos de

B. Em 23 de dezembro de 2014, foi firmado contrato de financiamento com o Bank of America N.A. em moeda estrangeira (dólar norte-americano) com liberação no dia 12 de janeiro de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 37.453 mil, equivalente a R\$ 100.000, remunerado à Libor de 3 meses + 1,40% a.a. e liquidado em 12 de janeiro de 2016. O pagamento de juros foi trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap* com o Bank of America de

Merrill Lynch S.A., trocando a remuneração da dívida por 103,50% do CDI.

C. Em 23 de dezembro de 2014, foi firmado contrato de financiamento com o Bank of America N.A. em moeda estrangeira (dólar norte-americano) com liberação no dia 10 de fevereiro de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 55.494 mil, equivalente a R\$ 150.000, remunerado à Libor de 3 meses + 1,40% a.a. e liquidado em 10 de fevereiro de 2016. O pagamento de juros foi trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap* com o Bank of America de

Merrill Lynch S.A., trocando a remuneração da dívida por 103,50% do CDI.

**3. BH Airport**

a. Em 18 de dezembro de 2015, foi firmado contrato de empréstimo ponte com o BNDES, no montante de R\$ 405.000, com vencimento em 15 de julho de 2017. O montante total está dividido em: subcrédito A, remunerado à TJLP + 3,45% a.a., no valor de R\$ 154.913, garantidos por garantia fidejussória da CCR S.A.; subcrédito B, garantido por carta de fiança bancária, com remuneração à TJLP + 2,40% a.a., no valor de R\$ 198.450 e subcrédito C remuneração à TJLP + 2,66% a.a., no valor de R\$ 51.637, garantia fidejussória pela Flughafen Zurich AG. A primeira liberação ocorreu em 27 de janeiro de 2016, no valor de R\$ 50.000, sendo R\$ 37.500 do subcrédito A e R\$ 12.500 do subcrédito C. A segunda liberação ocorreu em 19 de abril de 2016, no valor de R\$ 30.004, sendo R\$ 22.503 do subcrédito A e R\$ 7.501 do subcrédito C. A terceira liberação ocorreu em 12 de agosto de 2016, no valor de R\$ 80.000, sendo R\$ 60.000 do subcrédito A e R\$ 20.000 do subcrédito C. A quarta liberação ocorreu em 26 de setembro de 2016, no valor de R\$

998, sendo R\$ 35.998 do subcrédito A e R\$ 12.000 do subcrédito C. A quinta liberação ocorreu em 22 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 80.000, referente ao subcrédito B. A CCR, garantidora do subcrédito A, obriga-se a manter, durante a vigência do contrato de empréstimo ponte, Índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Na hipótese de não atingimento do *covenant*, a BH Airport deverá constituir, no prazo de 60 dias, contado da data da comunicação, por escrito do BNDES, garantias reais, aceitas por este, em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do Subcrédito "A" ou da dívida dele decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos, sob pena de vencimento antecipado.

O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

**4. ViaOeste**

a. Em 07 de outubro de 2015, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 26 de outubro de 2015, através da Lei nº 4131, com o Bank of America N.A., no montante de USD 30.000 mil, equivalente a R\$ 116.475, com vencimento em 26 de outubro de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 2,50% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 109,95% do CDI.

b. Em 05 de janeiro de 2016, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 07 de janeiro de 2016, através da Lei nº 4131/1962, com o Bank of Tokyo, no montante de USD 45.771 mil, equivalente a R\$ 184.000, com vencimento em 07 de janeiro de 2019, remunerado à Libor de 3 meses + 2,10% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap* com o Bank of America de Merrill Lynch S.A., trocando a remuneração da dívida por 117,50% do CDI.

a. Em 05 de fevereiro de 2009, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, liberado em 6 parcelas, entre 2009 e 2011. O principal foi amortizado em 72 parcelas mensais, desde 15 de março de 2011 até 15 de fevereiro de 2017.

Os juros foram pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. Desde 15 de março de 2011, os juros estão sendo pagos mensalmente, sendo que a última parcela foi paga em 15 de fevereiro de 2017.

b. Em 15 de abril de 2016, foi firmado contrato com o Bank of America N.A., em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação em 26 de abril de 2016, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 50.000 mil, equivalente a R\$ 177.500, com vencimento em 26 de abril de 2018, remunerado à Libor de 3 meses + 2,60% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação, sendo que a Companhia obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4,0, apurado anualmente. Na mesma data de liberação, foi firmado contrato de *swap* com o Bank of America de Merrill Lynch S.A., trocando a remuneração da dívida por 124,80% do CDI.

**6. MSVIA**

a. Em 18 de setembro de 2014, foi assinado o contrato de empréstimo ponte entre a CCR MSVIA e o BNDES, no valor total de R\$ 646.636. O empréstimo conta com a garantia fiduciária da CCR S.A. tendo seu vencimento em 15 de abril de 2016 ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES à MSVIA por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e tanto principal quanto juros deverão ser pagos no vencimento do contrato. Os juros remanescentes correspondem à variação acumulada de 105% do CDI.

\* a alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do contrato de concessão, independentemente de culpa por parte da Companhia;

\* reduzir o capital social da Companhia, sem a prévia anulação do BNDES.

Adicionalmente, a CCR, garantidora da operação, obriga-se a manter, durante a vigência do Contrato, o índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, apurado anualmente, com data-base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas.

Em outubro de 2014, ocorreu a primeira liberação do empréstimo ponte, no valor de R\$ 270.000, e em junho de 2015, a segunda liberação no valor de R\$ 248.890, conforme condições supramencionadas.

b. Em 14 de março de 2016, foi assinado o contrato de financiamento junto ao BNDES, no valor total de R\$ 2.109.915, com vencimento em 15 de março de 2039. O valor do empréstimo está dividido em dezito subcréditos, incluindo o subcrédito social no valor de R\$ 11.542, destinado a aprovação dos projetos sociais no âmbito da comunidade pelo BNDES.

Em 15 de abril de 2016, foi realizado o primeiro desembolso deste contrato, no valor de R\$ 587.039, que liquidou o empréstimo ponte, junto a este mesmo banco. Sobre a dívida incide juros de TJLP + 2,0% a.a., exceção essa feita ao subcrédito social, sobre o qual incidirá apenas a TJLP. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e mensalmente a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal.

As garantias serão divididas em três fases: (i) *pré completion*, (ii) *completion* parcial, e (iii) *completion* total, conforme descrições abaixo:

(i) *Pré Completion*: As garantias consistem de (a) fiança corporativa CCR; (b) penhor de 100% das ações da MSVIA detidas pela CPC; (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

(ii) *Completion Parcial*, definido essencialmente pela conclusão das obras de duplicação previstas no contrato de financiamento. As garantias consistem de (a) a fiança corporativa da CCR será diminuída para 50% da dívida; (b) penhor de 100% das ações da MSVIA detidas pela CPC; e (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergentes da concessão.

(iii) *Completion Total*, onde além do *completion* parcial supracitado, a MSVIA deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,20 e apresentação de Índice de Cobertura "Manutenção" sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1,00. As garantias consistem de: (a) penhor de 100% das ações da MSVIA detidas pela CPC; (b) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

A CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à MSVIA, esta, deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura "Manutenção" sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1,0 e a apresentação do índice PL/AT maior ou igual a 0,2.

O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

c. Em 12 de agosto de 2016, foram assinados os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal, com recursos do Programa Finisa (Finisa) e mediante repasse (Repasse) de recursos do BNDES, nos valores de R\$ 527.288 e R\$ 210.000, respectivamente, com vencimento em 15 de março de 2039.

Em 05 de outubro de 2016, foi realizado o primeiro desembolso do Finisa no valor bruto de R\$ 103.800 e no dia 18 de outubro, R\$ 43.250, do Repasse.

Sobre os dois contratos incidirão juros de TJLP + 2,0% ao ano. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão exigidos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e mensalmente a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal.

As garantias estão divididas em três etapas: (i) *pré completion*, (ii) *completion* parcial, e (iii) *completion* total, conforme descrições abaixo:

(i) *Pré Completion*: As garantias consistem de (a) fiança corporativa CCR; (b) penhor de 100% das ações da MSVIA detidas pela CPC; (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

(ii) *Completion Parcial*, definido pela conclusão das obras de duplicação previstas no contrato de financiamento. As garantias consistem de (a) fiança corporativa da CCR é diminuída para 50% da dívida; (b) penhor de 100% das ações da MSVIA detidas pela CPC; e (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergentes da concessão.

(iii) *Completion Total*, onde além do *completion* parcial supracitado, a MSVIA deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,20 e apresentação de Índice de Cobertura "Manutenção" sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1,00. As garantias consistem de: (a) penhor de 100% das ações da MSVIA detidas pela CPC; (b) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

A CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. A MSVIA deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura "Manutenção" sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1,0 e a apresentação do índice PL/AT maior ou igual a 0,2.

O resgate antecipado é permitido a qualquer tempo.

**7. CONTROLADA**

a. A CONTROLADA tem contratado com o DVB Bank AG, financiamento de USD 37.000 mil para desenvolvimento, desenho e construção de novo terminal no Aeroporto Internacional de Curaçao. O principal e os juros estão sendo pagos semestralmente em junho e dezembro de cada ano, até o vencimento final da operação em dezembro de 2018. O pagamento do principal segue um intervalo definido no contrato que varia de 2,62% a 5,70% do valor nominal do financiamento.

Os financiamentos são garantidos pelos direitos presentes e futuros sobre ativos, contrato de seguros, contas a receber intragrupo, saldos de contas bancárias, licenças, entre outros.

Os financiamentos foram captados em dólares norte-americanos, moeda funcional da investida.

b. Em 10 de junho de 2016, ocorreu a liquidação antecipada deste financiamento.

c. Em 17 de outubro de 2014, foi contratado empréstimo de capital de giro com o Maduro and Curriel's Bank, no montante de USD 6.000 mil, à taxa de 5,5% a.a., com vencimento em 17 de outubro de 2015.

Em 09 de outubro de 2015, ocorreu a prorrogação da data de vencimento do empréstimo com redução da remuneração de 5,5% a.a. para 5,0% a.a. No novo período, os pagamentos de juros foram trimestrais e o principal será pago em abril de 2016, mas foi prorrogado para 10 de junho de 2016.

O montante da operação permaneceu em USD 6.000 mil, com garantia real, juntamente com as demais condições do financiamento, ou seja, a Companhia deveria manter um o ICSD maior ou igual a 1,3.

d. Em 10 de junho de 2016, ocorreu a liquidação antecipada deste financiamento.

e. Em 10 de julho de 2016, foi firmado contrato com o Maduro and Curriel's Bank, no montante total de USD 43.000 mil, com vencimento em 31 de julho de 2026, remunerados a 4,2% a.a. Os pagamentos de principal e juros serão trimestrais a partir de 31 de outubro de 2018.

Na mesma data ocorreu a 1ª liberação no valor de USD 18.000 mil. Em 4 de agosto de 2016, ocorreu a 2ª liberação no valor de USD 2.671 mil. Os demais desembolsos ocorrerão conforme cronograma de vencimentos.

**8. SPVias**

a. Em 07 de julho de 2008, a SPVias contratou financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor nominal total de R\$ 174.456 dividido em subcrédito A e B. O subcrédito A, no montante nominal de R\$ 52.526, está sendo amortizado em 93 parcelas mensais, desde 15 de novembro de 2010 até 15 de julho de 2018, sendo que os juros são pagos mensalmente desde novembro de 2010, até o vencimento final do subcrédito.

O subcrédito B foi liberado, totalmente, nos dias 26 de junho, 26 de novembro de 2014 e 17 de dezembro de 2014, nos montantes nominais de R\$ 60.000, R\$ 55.000 e R\$ 6.930 (R\$ 7.219 na data do recebimento), respectivamente. O principal e os juros estão sendo pagos a partir do mês subsequente às liberações e o vencimento final será em 15 de janeiro de 2019.

As garantias e taxas permanecem as mesmas das demais tranches em aberto.

**9. NovaDutra**

a. Em 03 de março de 2015, foi firmado contrato com o Bank of America em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 27 de abril de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 28.800 mil, equivalente a R\$ 90.000, com vencimento em 27 de abril de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 1,45% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 104,45% do CDI.

b. Em 10 de setembro de 2015, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 26 de outubro de 2015, através da Lei nº 4131 do BACEN, com o Bank of Tokyo, no montante de USD 30.548 mil, equivalente a R\$ 120.000, com vencimento em 26 de outubro de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 1,69% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 104,20% do CDI.

**10. RodoNorte**

a. Em 23 de agosto de 2015, foi firmado contrato de financiamento com o Bank of America em moeda estrangeira (dólar norte-americano) com liberação no dia 15 de setembro de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 53.999 mil, equivalente a R\$ 190.000, com vencimento em 15 de março de 2018, remunerado à Libor de 3 meses + 1,50% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 105,50% do CDI.

**11. CCR Espanha Empreendimentos**

a. Em 23 de outubro de 2015, foi celebrado contrato de financiamento com o HSBC Bank, PLC - sucursal da Espanha, no montante de USD 30.000 mil, pelo prazo de 2 anos, com pagamento de principal no vencimento, em novembro de 2017. A remuneração que é de Libor + 2,30% a.a., será paga semestralmente. Este financiamento conta com fiança da CCR e restrição para pagamento de dividendos pela Controlada caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 vezes.

**12. CCR USA**

a. Em 10 de novembro de 2015, foi firmado contrato de capital de giro com o Banco do Brasil, com liberação em 12 de novembro de 2015, no montante de USD 25.000 mil, com vencimento em 1º de novembro de 2017. A dívida é remunerada pela Libor + 3,45% a.a., com pagamentos de principal anuais e juros semestrais. O empréstimo conta com fiança bancária da CCR.

Em 07 de novembro de 2016, foi firmado o aditamento ao empréstimo de capital de giro, alterando a remuneração para Libor + 4,25% a.a., os juros passaram a ser cobrados trimestralmente e o principal deverá ser pago no vencimento.

**13. Names**

a. Contratos ao longo de 2012, com taxas remuneratórias de 5,5% a 7,7% a.a., nas investidas AutoBAn, RodoNorte, ViaOeste e NovaDutra, no valor nominal total de R\$ 2.310, destinaram-se substancialmente à compra de caminhões, guinchos, plataformas, autocarros, cesta aérea, ambulância e equipamentos de demarcação viária.

## 16. Debêntures e notas promissórias

Empresa	Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2016	Vencimento original	2016	2015
1a. CCR	6a Emissão - Série 1	105% do CDI	0,1223% (a)	1.110	-	Abril de 2016	-	533.244 (e)
1d. CCR	2a Emissão (Notas Promissórias)	124,10% do CDI	0,3282% (a)	902	612	Fevereiro de 2019	117.239	-
1b. CCR	7a Emissão - Série 2	107,05% do CDI	-	-	-	Outubro de 2016	-	103.022 (e)
1c. CCR	8a Emissão - Série única	124,10% do CDI	0,2759% (a)	3.292	2.198	Dezembro de 2018	400.580	399.584 (e)
1e. CCR	9a Emissão - Série única	CDI + 3,50 a.a.	3,5361% (a)	638	463	Janeiro de 2019	1.339.443	-
	<b>Subtotal Controladora</b>				3.273		1.857.262	1.035.850
11a. AutoBAn	4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1217% (b)	4.151	220	Setembro de 2017	363.862	848.679 (e)
11b. AutoBAn	4a Emissão - Série 2 (c)	ÍPCA + 2,71% a.a.	2,8172% (b)	1.100	107	Janeiro de 2017	177.549	160.948 (e)
11d. AutoBAn	4a Emissão (Notas promissórias)	106,50% do CDI	0,0788% (b)	735	683	Março de 2018	812.897	-
11c. AutoBAn	5a Emissão - Série única (d)	ÍPCA + 4,88% a.a.	9,147	3.637	3.637	Outubro de 2019	565.823	-
11c. AutoBAn	6a Emissão - Série única (c)	ÍPCA + 5,428% a.a.	5,7635% (a)	7.650	4.598	Outubro de 2019	442.323	397.373 (e)
11c. AutoBAn	6a Emissão - Série única (c)	ÍPCA + 5,428% a.a.	-	-	-	Outubro de 2019	204.914	192.410 (e)
5a. Barcas	6a Emissão (Notas promissórias)	113% do CDI	0,8914% (a)	846	-	Abril de 2016	-	197.495 (f)
5b. Barcas	8a Emissão (Notas promissórias)	129% do CDI	1,6093% (a)	2.273	1.518	Julho de 2017	197.373	-
2a. CPC	3a Emissão - Série única	104,90% do CDI	0,0505% (a)	412	-	Janeiro de 2016	-	846.133 (f)
6a. Metrô Bahia	1a Emissão - Série única	109,50% do CDI	0,2059% (b)	3.752	314	Março de 2017	885.000	765.413 (f)
6b. Metrô Bahia	2a Emissão - Série única	CDI + 2,20% a.a.	2,3889% (a)	3.615	2.545	Outubro de 2019	513.908	517.078 (f)
6c. Metrô Bahia	3a Emissão - Série única	CDI + 3,95% a.a.	4,7293% (a)	2.965	2.034	Maião de 2018	221.511	-
12a. NovaDutra	4a Emissão - Série única (c)	ÍPCA+6,4035% a.a.	-	-	-	Agosto de 2020	626.973	650.446 (g)
7a. RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 3	112% do CDI	0,1146% (b)	4.281	-	Maião de 2016	-	767.034 (f)
7b. RodoAnel Oeste	3a Emissão - Série única	108,67% do CDI	0,0422% (b)	688	79	Abril de 2017	576.384	576.870 (f)
7c. RodoAnel Oeste	4a Emissão - Série única	108% do CDI	0,01003% (b)	1.353	496	Maião de 2018	561.471	561.625 (f)
7d. RodoAnel Oeste	5a Emissão - Série única	CDI + 3,80% a.a.	4,5199% (b)	14.724	11.995	Maião de 2019	757.533	-
10a. RodoNorte	4a Emissão - Série 1	ÍPCA + 5,691% a.a.	5,9502% (a)	1.254	755	Outubro de 2019	156.254	146.465 (e)
10b. RodoNorte	5a Emissão - Série 1	ÍPCA + 6,06% a.a.	6,3288% (a)	1.110	632	Novembro de 2018	99.928	-
8a. Samm	7a Emissão (Notas promissórias)	107,80% do CDI	0,2198% (a)	428	-	Abril de 2016	-	55.735 (f)
8b. Samm	8a Emissão (Notas promissórias)	115,32% do CDI	0,7260% (a)	311	100	Março de 2017	61.480	-
3b. SPVias	2a Emissão - Série única	109,30% do CDI	0,0803% (b)	1.284	-	Julho de 2016	-	429.144 (f)
3b. SPVias	3a Emissão - Série única							

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A dívida tem remuneração de CDI + 2,20% a.a., pagamentos de juros semestrais e amortizações anuais de principal nos dois últimos anos e tem a CCR como fiadora. Durante a vigência das debêntures, a fiadora não poderá distribuir dividendos e/ou realizar pagamento de juros sobre capital próprio em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da fiadora seja superior a 4 vezes, exceto se a emissora optar por contratar carta(s) de fiança bancária.

A subscrito das debêntures ocorreu em 03 de novembro de 2015.  
**c.** Em 05 de maio de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 200.000, em série única, tendo a CCR como interveniente garantidora e remuneração de CDI + 3,95% a.a. O pagamento dos juros será anual, a partir de maio de 2017, e o principal será integralmente pago na data do vencimento, em maio de 2018. O principal critério para o vencimento antecipado é que a interveniente garantidora não poderá distribuir dividendos em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 vezes, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar previamente ao agente fiduciário, carta de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada. As cartas de fiança emitidas deverão vigorar pelo prazo de um ano e deverão ser devolvidas imediatamente pelo agente fiduciário à emissora, e revogadas pela instituição financeira autorizada respectiva, mediante: (a) o restabelecimento do índice financeiro pela interveniente garantidora em qualquer período de amparação; ou (b) ao final do prazo de 1 (um) ano, o que ocorrer primeiro.

**7. RodaAnel Oeste**  
**a.** Em 05 de maio de 2011, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 180.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, em três séries.  
**b.** As debênturas da 1ª série, com valor nominal total de R\$ 500.000, e remuneração de 109,20% do CDI, e as da 2ª série, com valor nominal total de R\$ 550.000, e remuneração de 111,00% do CDI foram totalmente subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2011 pelo mesmo montante.  
**c.** As debênturas da 3ª série, com remuneração de 112,00% do CDI, valor nominal total de R\$ 750.000 foram subscritas e integralizadas em 28 de julho de 2011.

As debênturas das três séries foram garantidas por fianças prestadas pelos acionistas na proporção de suas participações à época da emissão, sendo CCR (95%) e Encaiso (5%). Os juros estão sendo pagos semestralmente para todas as séries, sendo seus vencimentos de novembro de 2011 até maio de 2014, de 2015 e de 2016, respectivamente, para a 1ª, 2ª e 3ª séries.

O principal será liquidado em parcela única, em maio de 2014, maio de 2015 e maio de 2016, para a 1ª, 2ª e 3ª séries, respectivamente.

As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente mediante o pagamento de prêmio.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a atualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores. Os índices são: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

**b.** Em 05 de maio de 2014, foi liquidada a 1ª série da 2ª emissão de debêntures, em 05 de maio de 2015 ocorreu o pagamento da 2ª série da 2ª emissão das debêntures, e em 5 de maio de 2016 ocorreu o pagamento da 3ª série da 2ª emissão de debêntures, com esforços restritos, num total de 56.000 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, não conversíveis em ações, com remuneração de 108,67% do CDI.

Os juros serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro, e o valor nominal das debêntures será pago integralmente em 15 de abril de 2017, sendo permitido o resgate antecipado nos termos da escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:  
**a.** Distribuir aos acionistas dividendos, inclusive a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios.

**b.** Índice Dívida Líquida/EBITDA, obtido nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR, seja superior a 4 por dois trimestres consecutivos.

**c.** Em 04 de maio de 2015, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 550.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e tendo a CCR como fiadora.

A amortização será no vencimento, em 04 de maio de 2018, e os juros serão pagos semestralmente a partir de 04 de novembro de 2015, com remuneração de 108% do CDI, havendo possibilidade de resgate total a qualquer momento, sem qualquer prêmio ou remuneração adicional.

As principais cláusulas restritivas são:  
**a.** Não observância por dois trimestres consecutivos do índice Dívida Líquida/EBITDA menor que 4.  
**b.** Pagamento de dividendos pela controlada e/ou pelas suas acionistas, caso estas estejam inadimplentes com suas obrigações pecuniárias nos termos da escritura de emissão, exceto o dividendo mínimo obrigatório.

**c.** Qualquer alteração na composição societária da controlada que resulte na transferência a terceiros do seu controle acionário, sem prévia e expressa aprovação dos debenturistas.

**d.** Em 05 de maio de 2016, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 750.000, em série única, remunerada pelo CDI + 3,80% a.a. e com pagamento de juros semestrais a partir de 04 de novembro de 2016. A amortização será paga integralmente em uma única parcela na data do vencimento, em 04 de maio de 2019. Não há *covenants* financeiros nessa emissão, porém há cláusulas de vencimento antecipado definidas na escritura de emissão.

**8. Sannem**  
 Em 03 de outubro de 2015, foi realizada a 7ª emissão de notas promissórias, no valor nominal total de R\$ 54.000, em série única, com remuneração de 107,8% do CDI, vencimento em 03 de abril de 2016 e com aval da CCR.

**b.** Em 04 de abril de 2017, foi realizada a 8ª emissão de notas promissórias, no montante de R\$ 55.000 e com remuneração de 115,32% do CDI. Os juros e principal vencem em 30 de março de 2017.

Não há *covenants* financeiros nessa emissão, porém há cláusulas de vencimento antecipado definidas na carta de emissão.

**9. ViaOeste**  
**a.** Em 28 de abril de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de 75.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 750.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2012, no valor total de R\$ 751.887. As debêntures têm remuneração de 108,30% do CDI.

Esta emissão não conta com garantias. O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:  
 Amortização: em 17 parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, iniciando-se a primeira em 28 de maio de 2013;  
 Juros: trimestralmente, entre 28 de maio de 2012 e 28 de maio de 2017.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, mediante pagamento de prêmio de resgate de no máximo 0,75% incidente sobre o valor do resgate e/ou amortização.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:  
**a.** Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da ViaOeste que venha a resultar na transferência do seu controle acionário a terceiros, sem prévia e expressa aprovação de debenturistas e que represente, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da CCR.

**b.** Caso a ViaOeste, sem que haja a aprovação prévia da maioria simples dos debenturistas, realize uma ou mais novas emissões de debêntures que, na data de cada respectiva emissão, leve o índice de Dívida Líquida/EBITDA a um valor superior a 4, calculado com base nas demonstrações financeiras mais recentes divulgadas à CVM e ao mercado, ressalvado, contudo, emissões cuja totalidade ou parcela dos recursos captados sejam, destinados ao pré-pagamento e liquidação das debêntures da presente emissão, as quais não estão sujeitas ao limite estabelecido neste item;

**c.** Constituir ou permitir a constituição, em garantia de novas dívidas, de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos atualmente existentes ou futuros, por vezes, sobre o valor atualizado.

**d.** Em 15 de setembro de 2014, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em duas séries, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, no valor nominal total de R\$ 440.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Sobre o montante da primeira série, de R\$ 290.000, incorrerão juros de 106,10% do CDI, em um prazo total de 3 anos vencendo, portanto, em 15 de setembro de 2017. O principal e juros serão pagos em 10 parcelas iguais e sucessivas, trimestralmente, a partir de 15 de junho de 2015.

Os juros da segunda série serão pagos semestralmente, a partir de 15 de março de 2015, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de setembro de 2019. As debênturas da segunda série têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,67% a.a. incidentes sobre o valor atualizado.

Em 27 de outubro de 2014, foram contratadas operações de swap para a segunda série, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,67% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelos percentuais de 99,9% a 100% do CDI.

O principal critério para o vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4. Há exceção se a ViaOeste optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão desta debênture.

**c.** Em 15 de novembro de 2016, ocorreu a 6ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, enquadradas na Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 605/2016 do Ministério dos Transportes, com valor nominal total de R\$ 270.000 e vencimento em 15 de novembro de 2021.

Com remuneração de IPCA + 6,2959% a.a., os juros serão pagos semestralmente após carência de 12 meses da data de emissão, sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2017 e o principal no vencimento.

Dentre as principais cláusulas de restrição, a Emissora obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida/EBITDA seja maior de 4,0, apurado semestralmente. Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures após 4 anos a partir da data de emissão, mediante pagamento de prêmio, conforme fórmula constante da escritura de emissão, e não poderão ser objeto de amortização extraordinária facultativa.

As debêntures contam com obrigação de depósito e garantia real, que obriga a Companhia a depositar mensalmente em conta vinculada, ao longo dos 6 (seis) últimos meses de vigência das debêntures, o equivalente a 1/6 (um sexto) do valor do principal atualizado, por meio de depósito. Caso, durante a vigência das debêntures, o prazo contratual da concessão seja estendido em, no mínimo, 1 (um) ano, a obrigação da Companhia de depositar recursos na referida conta vinculada deixará de se aplicar, e a garantia será liberada.

**11. AutoBAn**  
**a.** Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de debêntures, num total de 1.100.000 debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 1.100.000, na data de emissão.

Foram emitidas 965.000 debêntures da 1ª série, no valor nominal total de R\$ 965.000 na data da emissão.

As debênturas da 1ª série são remuneradas a 100% do CDI.  
 O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

• Amortização: em 8 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2015 e a última, na data de vencimento, em 15 de setembro de 2017;  
 • Juros: trimestralmente, entre 15 de junho de 2013 e 15 de setembro de 2017.

As debênturas da 1ª série poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora mediante pagamento de prêmio.

Foram emitidas 135.000 debêntures da 2ª série, com valor nominal total de R\$ 135.000 na data da emissão. As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA mais juros remuneratórios de 2,71% a.a. sobre o valor atualizado.

O principal critério para o vencimento antecipado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:  
 • Amortização: em uma única parcela, na data de vencimento, em 15 de outubro de 2017;  
 • Juros: semestralmente, entre 15 de abril de 2013 e 15 de outubro de 2017.

As debênturas da 2ª série não podem ser resgatadas antecipadamente.

O principal critério para o vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da emissora seja superior a 4.

Em 28 de maio de 2013, foi contratada operação de swap, onde houve a troca do indexador IPCA + 2,71% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal referentes à 4ª emissão de debênturas da 2ª série, pelo percentual de 71,93% do CDI.

**b.** Em 17 de outubro de 2013, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no valor nominal total de R\$ 450.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Os juros estão sendo pagos semestralmente, desde 15 de abril de 2014, sendo que o principal será pago no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2018.

As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios de 4,88% a.a. sobre o valor atualizado.

O principal critério para o vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4.

Em 17 de outubro de 2013, foi contratada operação de swap, onde houve a troca do indexador IPCA + 4,88% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de 98% do CDI.

**c.** Em 27 de outubro de 2014, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no valor nominal total de R\$ 545.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Os juros estão sendo pagos semestralmente, desde 15 de abril de 2015, sendo que o principal será pago no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2019.

As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,428% a.a., incidentes sobre o valor nominal atualizado.

O principal critério para o vencimento antecipado das debênturas desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4, exceto se a AutoBAn optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão desta debênture.

Em 27 de outubro de 2014, foi contratada operação de swap para R\$ 250.000, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,428% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de aproximadamente 95% do CDI.

**d.** Em 17 de novembro de 2016, ocorreu a 4ª emissão de notas promissórias, com valor nominal total de R\$ 900.000, em série única, remuneração de 106,5% do CDI, com vencimento em 17 de janeiro de 2018, podendo ser resgatadas antecipadamente a partir de 17 de janeiro de 2017, sem pagamento de prêmio.

Há previsão de resgate antecipado obrigatório na data da efetiva integralização da totalidade das próximas debêntures a serem emitidas pela Companhia, sem o pagamento de prêmio. A Companhia poderá, ainda, realizar oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das notas comerciais.

Entre as principais cláusulas de restrição a emissora obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida/EBITDA seja maior de 4,0, apurado semestralmente.

**12. NovaOutra**  
**a.** Em 10 de abril de 2015, foi realizada a 4ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, no valor nominal total de R\$ 610.000 e com remuneração de IPCA + 6,4035% a.a. O primeiro pagamento de juros foi realizado em 11 de maio de 2015 e os demais serão pagos semestralmente, juntamente com as amortizações, as quais se iniciarão a partir de 15 de outubro de 2016, vencendo-se o último em 15 de agosto de 2020.

Adicionalmente, a concessionária obriga-se a não contratar novos endividamentos, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4, e o ICSD seja igual ou inferior a 1,20. Além disso, compromete-se a não distribuir dividendos caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4.

**17. Pagamentos baseados em ações (plano de incentivo de longo prazo)**

Foi reconhecido como crédito no resultado o montante de R\$ 1.437 no exercício de 2016 (R\$ 1.224 no exercício de 2015), relativo à reversão de provisão para liquidação do Programa 8 e posteriores.

No segundo trimestre de 2016, foram resgatadas 255.298 US\$ (R\$ 3.053), que estavam integralmente provisionadas, relativas aos Programas 8, 9 e 10 de 2011, 2012 e 2013, respectivamente. Em 2016, não foi outorgado novo plano.

Em 28 de novembro de 2016, todos os planos em aberto foram liquidados pelo montante de R\$ 12.492.

**18. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários - Consolidado**

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2015		2016			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Paquetamentos	Atualização monetária	Saldo final
<b>Não circulante</b>						
Cíveis e administrativos	22.472	26.791	(7.621)	(4.605)	5.974	43.011
Trabalhistas e previdenciários	42.857	10.955	(5.040)	(4.102)	3.854	48.524
Tributários	22.549	-	-	3.674	-	26.223
	87.878	37.746	(12.661)	(8.707)	13.502	117.758
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Constituição</b>	<b>Reversão</b>	<b>Paquetamentos</b>	<b>Atualização monetária</b>	<b>Saldo final</b>
Movimento em 2015	64.574	58.753	(10.246)	(34.440)	9.237	87.878

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia e suas controladas efetuaram acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 16.203 e R\$ 4.903, respectivamente em 2016 (R\$ 8.532 e R\$ 3.676, respectivamente em 2015).

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2016		2015	
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Cíveis e administrativos	151.484	-	-	131.765
Trabalhistas e previdenciários	6.166	-	-	6.278
Tributários (a)	313.269	-	-	276.028
	470.919	-	-	414.071

(a) Em setembro de 2015, foi recebida notificação pela controlada SPVias de lançamento por meio da qual a Receita Federal considerou desnecessárias as despesas relativas ao pagamento de determinados serviços contratados em 2008 e 2010, tendo glosado seus efeitos na apuração de IRPJ e CSLL, o que resultou na cobrança de tributos e acréscimos no total de aproximadamente R\$ 280 milhões (Data-Base: 09/2016). Também há intimação para que a SPVias proceda à retificação dos saldos de determinadas contas de ativo imobilizado para fins fiscais, o que, se efetivado, poderá resultar em diferença de até R\$ 25 milhões na apuração de IRPJ e CSLL a partir de 2011. Em 25 de outubro de 2016, a SPVias apresentou sua defesa administrativa e, após julgamento, em 04 de setembro de 2014, a SPVias foi notificada da decisão proferida em 1ª instância. A decisão foi parcialmente favorável aos interesses da SPVias, tendo havido redução do valor total do débito decorrente de requalificação de multa. Foram interpostos o Recurso de Ofício, contra a redução da multa, bem como, em 03 de outubro de 2014, o Recurso Voluntário, por parte da controlada SPVias. Referidos recursos foram julgados pelo Conselho Admin-

istrativo de Recursos Fiscais - CARF - em 06 de outubro de 2016, o qual decidiu pelo cancelamento total da exigência. Tal decisão não é definitiva, sendo que a SPVias aguarda a formalização do acórdão, bem como a eventual apresentação de recurso por parte da Fazenda Nacional.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 127.620.

## 19. Provisão de manutenção - Consolidado

	2015		2016		Realização	Transferências	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição/reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização			
Circulante	125.384	132.088	16.720	(197.608)	161.375	237.959	368.989
Não circulante	368.989	138.627	43.267	-	(161.375)	-	389.508
	494.373	270.715	59.987	(197.608)	-	-	627.467
	<b>2014</b>						
Circulante	85.822	68.692	10.501	(167.593)	127.962	125.384	368.989
Não circulante	293.545	131.186	36.220	-	(127.962)	-	389.508
	415.367	199.878	46.721	(167.593)	-	-	494.373

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016, são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

**20. Patrimônio líquido**

**a. Capital social**  
 O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.025.342, composto por 1.765.587.200 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**b. Reserva legal**  
 É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**c. Reserva de retenção de lucros**  
 Esta rubrica são reconhecidos os efeitos de: (i) constituição de reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2017.

A proposta de orçamento de capital está justificada, substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

**d. Dividendos**  
 Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 15 de março de 2016, foi aprovada em reunião do CAD, ad referendum da próxima AGO, a distribuição de dividendos no valor de R\$ 500.000, correspondente a R\$ 0,28319190352 por ação ordinária, à conta de reserva de lucros, com pagamento realizado a partir de 29 de abril de 2016.

Em 4 de novembro de 2016, foi aprovada em reunião do CAD, ad referendum da próxima AGO, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 750.000, correspondente a R\$ 0,42478785528 por ação ordinária, sendo R\$ 538.582 à conta de parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2016 e 30 de setembro de 2016 e R\$ 211.418 à conta de parte da reserva de retenção de lucros, com pagamento realizado a partir de 10 de novembro de 2016.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2016, foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2016	2015
(i) Constituição de reserva legal	1.707.698	(30.722)
Lucro líquido ajustado	1.676.922	1.676.922
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	419.231	419.231
Dividendos aprovados	750.000	750





